

ATA DA 37ª PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CEAS/MG.

Aos quatro de julho de 2023, às 09h15 min (nove horas e quinze minutos) realizou-se a trigésima sétima (37a) Plenária extraordinária do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS, coordenada pela presidente: Arlete Alves de Almeida – Representante do Movimento do Graal no Brasil, na modalidade Virtual. BOm dia a todas, todos. Começando a nossa trigésima sétima plenária extraordinária do ceas. A gente vai fazer agora a conferência do quórum, se bem que já são nove e quinze, então a gente já começa com qualquer quórum. **Elder Carlos Gabrich**: SE, alguém pode fazer a chamada e marcar as presenças? SE: Elder, a Paula vai iniciar a chamada, tá bom? **Elder Carlos Gabrich, sedese**: Se não puder, quem estiver com a planilha, só para a gente registrar as presenças. SE: Está aqui. Vou registrando. **Adriane Muniz, sec. executiva ceas**: Posso começar a fazer a chamada? Então podem fazer a chamada, por favor, secretaria executiva. **Arlete Alves de Almeida**, representando o GRAAL, presente. **Elder Carlos Gabrich, sedese**, Presente. **Gabriela Loiola**: Gabriela Loiola, CMS Salinas, presente. **Graziele Vieira**: Grazielle, CRP, presente. **Karine de Almeida**. Karine de Amorim Bem-estar do menor: Presente. **Elder Carlos Gabrich**: **Lucas Estevão Ribeiro**, Conselho Central de Curvelo, São Vicente de Paula, Lucas Estevão Ribeiro: Presente. Arlete: Presidente. **Adriane Muniz, sec. executiva ceas**: Gabriela Loiola? Ausente? Elder: Por enquanto, sim. **Adriane Muniz, sec. executiva ceas**: **Graziele Vieira Cachapuz**? Grazi: Presente. **Adriane Muniz, sec. executiva ceas**: **Isac dos Santos Lopes**? Ele justificou. Ausente. **Kariny de Amorim Silva**. Kariny: Presente. **Adriane Muniz, sec. executiva ceas**: Lucas Estevão Ribeiro? Elder: Entrou ainda não. **Adriane Muniz, sec. executiva ceas Ludson Rocha**? O Ludson tem que tirar porque ele até já saiu. Suzanne: Adriane? **Adriane Muniz, sec. executiva ceas**: Só ia falar que quando o titular estiver ausente, para olhar mais à direita para o nome do suplente, para ver se o suplente está Presente. **Adriane Muniz, sec. executiva ceas**: Ok. Elder: Já fazer de uma vez, né? Boa ideia. li: E o da Gabi Loiola é ausente, né? Ela justificou. **Adriane Muniz, sec. executiva ceas**: É. Tem que trocar aí. Baião: Eu estou aqui, gente. Elder: Beleza, Baião. SE: Grazielle, Presente. Isac, ausente, justificou. A Kariny de Amorim Silva? Kariny :Presente novamente. **Adriane Muniz, sec. executiva ceas**: Lucas Estevão Ribeiro? Elder: Não está aqui ainda não. **Adriane Muniz, sec. executiva ceas**: Maria Juanita ela justificou. **Marilene Faustino Pereira**? Marilene: Presente. **Adriane Muniz, sec. executiva ceas**: **Simone Maria da Penha**? Simone: Presente. **Adriane Muniz, sec. executiva ceas**: Mariana de Resende Franco? Elder: Ela não entrou ainda. **Adriane Muniz, sec. executiva ceas**: Altair Roberto de Carvalho? Altair: Presente. **Adriane Muniz, sec. executiva ceas**: **Cleuza Maria de Oliveira**? Cleuza: Presente. **Adriane Muniz, sec. executiva ceas**: Elder Carlos Gabrich? Elder: Presente. **Adriane Muniz, sec. executiva ceas**: **Érica Pereira Alves**? Elder: Ela avisou que iria atrasar um pouquinho, então está ausente por enquanto. **Adriane Muniz, sec. executiva ceas**: **Jorgiane Suelen de Souza** também justificou. **Lígia Camargos da Silva**?

Licença maternidade. Justificado: **Silvestre Dias**? Elder: Ele também avisou que iria atrasar um pouquinho, mas que iria entrar. Ausente por enquanto. **Adriane Muniz, sec. executiva ceas: Solimar Assis**. Justificou. Ausente. Elder: E o Tomás, o suplente dela, está on-line. **Adriane Muniz, sec. executiva ceas: Tomás de Sá Carvalho**? Tomás: Presente. Elder: Vai nos ausentes. **Adriane Muniz, sec. executiva ceas: A d. Arlete** está aí. **Carla Valéria Soares**? Carla: Presente. **Adriane Muniz, sec. executiva ceas: Crislayne**, que é a suplente. Elder: A Crislayne não é mais. Ela saiu já faz um tempinho. **Adriane Muniz, sec. executiva ceas: Já tirou. Philipe Nunes**? Philipe: Presente. **Adriane Muniz, sec. executiva ceas: Leandro Luiz**? Já retiraram. Rodrigo? **Cinara**? Cínara: Presente. **Adriane Muniz, sec. executiva ceas: Sandra Regina? Iara da Costa**? Iara: Presente: **Maria Aparecida Baião**? Gabriele Sabrina? Gabi: Presente. Se: **Anna Karla Ribeiro Silva**? Anna Karla: Presente. **Adriane Muniz, sec. executiva ceas: Michele Andrade**? ausente. **Itamar Melgaço de Carvalho**? Itamar: Presente: **Daniel Martins de Melo Neto**? Ausente. **Cláudia Cristina da Silva**? Cláudia: Presente. **Adriane Muniz, sec. executiva ceas: Wellington Pereira** justificou. **Cristiane Aguiar Vieira? Vinícius de Queiroz** justificou. E o **Tomás Pereira de Sá**? Tomás: Presente. Elder: Ok. Quantos então? Philipe: Só uma dúvida aqui. Na chamada foi considerado Mariana como titular. Ela é titular ainda ou já foi oficializado como suplente? Elder: É verdade. A Mariana é suplente da Gabi. Li: Já publicou? Elder: Já. Só tem que corrigir. Já ficou, não Gabi? Estou confundindo com outra. Não publicou ainda não. Philipe: Eu acho que não foi publicado. Eu não sei. Eu acho que não publicou. Elder: Eu acho que publicou, gente. Publicou antes da... Quando mudou a mesa diretora já publicou. Suzanne: Elder, o pedido já foi feito. Só está na fase de publicar agora, mas, de qualquer forma, a Gabi está em condição de titularidade hoje. Elder: É porque a Mariana não está. A Gabi já era suplente da Mariana, e é só trocar. Presidente: Considerando que a gente levantou essa questão aí, aquele rapaz que foi informado para ocupar, não sei se é a vaga deixada por Ludson, ele deu retorno? Paula: Deu. D. Arlete, nós estamos com três processos no SEI esperando publicação. Eram quatro. Hoje saiu o da Úrsula que já estava há mais tempo, uns dois meses quase esperando a substituição do João Vítor Jorge. Ele havia saído. E hoje saiu a publicação da Úrsula, mas eu não consigo contato dela. Liguei várias vezes, mas como foi hoje mesmo, ela não conseguiu participar. Deve tomar posse na próxima plenária. E nós estamos ainda com 3 lá no aguardo no sistema que é o do Wellington Donizete, que é o de Uberaba em substituição ao Leandro. Tem a da Crislayne também que é a Maurilena, e o do Ludson que é o Leandro. Chegou há poucos dias também a documentação dele. Já está tudo no processo, mas ainda não foi publicado. Elder: Sai um e entra outro Leandro. Já lembrando que tem que fazer o pedido da minha suplente também, né Paula? Presidente: Isso, a Lindinha, né? Elder: É. Paula: É, a Lindinha. Mas a Lindinha a gente tem de esperar ainda ela mandar a documentação. Esse, nós não iniciamos porque tem de esperar ela mandar o ofício de substituição para que a gente comece um novo processo. Presidente: Ah, tá. Então,

gente, vamos pedir para que... A gente vê que é um prejuízo para o ceas esse número de pessoas ausentes, não importa a justificativa, mas que prejuízo do ponto de vista da participação, e, então, encaminhe essa solicitação para a Lindinha. É isso. Nós já temos quórum. Se puder colocar, para nós, a pauta e a Presidente entrar aí e a gente dá início a nossa reunião oficialmente agora. se: Proposta de pauta da 37ª Plenária Extraordinária do Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais. Na sequência, informes. Inclusão de ponto de pauta. Homenagem à Conselheira Maria Baião que vai ser feita pela Simone Oliveira. A proposta é que a Simone possa a Presidente entrar a sugestão de homenagem à Conselheira Maria Baião. Elder: Ok. Vai lendo a pauta toda, gente. Se: Gente, vocês estão conseguindo visualizar a pauta? Elder: Não. Não está. Paula: Não está aparecendo. se: Ela estava e depois ela sumiu. Estou compartilhando aqui. Elder: Inclusive, a Cassirlene está até travada aqui para mim. Se: Outra pessoa podia tentar compartilhar porque, para mim aqui, já tentei compartilhar duas vezes e não está aparecendo. Alguém do grupo pode, por favor, tentar compartilhar? Paula: A Internet está realmente muito ruim. li: É a que vocês mandaram no grupo de conselho? Eu posso tentar aqui. Se: Aquela está sem link. Acabei de compartilhar. A Paula está enviando. Paula: Vocês estão me ouvindo? Elder: Sim. Paula: Vamos lá. 37ª Plenária Extraordinária. Proposta de pauta. Dia 4-07, de 14h às 17h. 14h – Abertura. 14h15 – Segunda chamada. 14h20 – Aprovação da ata da 285ª. 14h25 – Justificativa de ausência que já fizemos algumas. Welington (agenda do COGEMAS); Jorgiane (está fazendo uma palestra em conferência hoje); Isac (em aula); Solimar (trabalho); Juanita (trabalho). 14h30 – Informes. Inclusão do ponto de pauta que seria o ponto trazido pela Simone, ontem, de uma homenagem à Conselheira Maria Baião. Seria um prêmio de honra ao mérito. Isso tem de passar para aprovação da plenária. A princípio foi pensado para fazer na conferência estadual. Um outro ponto é o formulário para inserção dos dados da conferência municipal que já foi disparado desde sexta-feira, e o prazo é para o dia 22 de julho. E a gente vai ter que ter um olhar especial para isso também. A confecção de um artigo, um documento para a divulgação das contribuições para o Regimento Interno das conferências regionais. 14h45 – Nós vamos para a minuta Regimento Interno das conferências regionais. 15h15 – Avaliação da lista dos palestrantes convidados e colaboradores para as pré-conferências regionais. 16h15 – Encerramento. Elder: Eu levantei a mão porque o ponto da Baião não é um informe. É uma sugestão de inclusão de ponto de pauta. Eu queria até ver com a Simone porque a gente discutiu um pouquinho no GTT ontem, e a ideia seria pegar a programação da conferência estadual e verificar qual seria o momento adequado de colocar essa homenagem. Eu não sei se seria mais interessante a gente... Não sei se ela já quer discutir hoje ou se a gente deixa para a próxima plenária ordinária. O que você acha, Simone? Que a gente discuta no GTT, encaixa direitinho lá na programação, mas é o que você preferir. Se você estiver com alguma urgência a gente pode discutir isso hoje. Não vejo problema. Mas só corrigir que isso não é

informe, é uma inclusão de ponto de pauta que tem de ser aprovado. Simone: Boa tarde. Estou com um pouco de urgência só definir o prazo da câmara municipal porque é uma organização deles também para a criação da placa. Então, por mais que você fale que é em outubro, mas tem um prazo aqui. Mas também não vejo prejuízo nenhum ser na próxima plenária. Eu não poderia deixar de passar na próxima plenária, se for o caso. Mas também queria ouvir os meus pares, como eu já trouxe para eles, o que eles acordam comigo, se preferem que deixe para a próxima plenária ou se a gente já tenta arrematar isso agora apesar que já tem um diálogo já feito com eles, algumas concordâncias já. Presidente Se a gente abre a discussão, nós estamos entendendo que estamos aceitando a proposta de inclusão como ponto de pauta, não é isso? Elder: Pelo que eu entendi, a Simone abriu para o pessoal discutir se inclui nessa ou se deixa para a plenária ordinária, d. Arlete. Simone: Isso. Elder: Têm duas mãos levantadas, Adriane e uma da Iara. Adriane: É só uma questão que a Mira está lembrando aqui sobre a aprovação da ata da plenário 285. A ata foi disponibilizada ontem, então não teve tempo hábil. E a outra questão é que ela seja aprovada somente na plenária ordinária, a Presidente. Isso mesmo, Adriane. Inclusive eu tinha anotado aqui sobre essa informação. Hoje eu até comentei sobre a ata e Juanita me falou: “Não, foi liberada ontem.” Mas infelizmente eu sou uma das que não leu. Voltando ao ponto da Simone? Elder: É a Iara agora, eu acho, que está com a mão levantada também. Paula: Só voltando um pouquinho aqui também, Arlete, só para ficar registrado que ela só foi liberada ontem porque nós só recebemos ontem mesmo, tá gente. A Mira teve que correr para terminar, finalizar, juntar aqui as partes para enviar ontem porque, na verdade, o que foi de excepcional foi essa plenária de hoje. Não é que ela veio com atraso, não. Ela estava exatamente dentro do prazo RUIDO certinho para organizar ontem, só que essa plenária foi que veio antes da hora, por isso que ficou o prazo curto. Não foi nenhuma falha, não. Presidente: Tá, obrigada, Paula. Iara: Referente ao ponto de pauta de homenagem à Maria Baião, eu sugiro que a gente dê a tratativa nele agora, nesta plenária. Inclusive que seja o primeiro ponto de pauta, considerando que foi só uma discussão na sociedade civil e todos nós, conhecendo o percurso, a trajetória da Baião na PAS e a defesa dela no SUAS, concordamos da importância e reconhecemos esse afeto que a Simone traz para poder colocar esse ponto de pauta da Baião. Sugiro que seja o primeiro ponto de pauta e reitero, considerando que a sociedade civil já é consenso e algo que vai nos deixar muito feliz, tá Baião, você ser homenageada na conferência estadual. Baião: Obrigada. Iara: Lindeza. Agradecida. Finalizei a minha fala. Presidente: Considerando o que a Iara já disse, de fato, é consenso de nossa parte. Nós só precisamos saber agora se as representações governamentais concordam para que a gente possa avançar. Elder: Para mim, tudo bem. Não vejo problema. Os demais também, se alguém. Li Concordo plenamente. Simone: Se o pessoal quiser, eu falo rapidão o motivo da homenagem, o foco. Iara: Sim, Simone. Só por questão de ordem, nesse momento, a gente está votando se a gente concorda que seja uma inclusão de

pauta. Concordando, a gente dá a tratativa nisso, acho que então por ordem a gente coloca em votação se a gente concorda em incluir esse ponto de pauta seguindo a minha sugestão ser o primeiro ponto de pauta. Elder: Isso, exatamente. Iara: Dona Arlete, puxa para a gente aí, por favor, a votação. Presidente: Em votação a proposta de inclusão como ponto de pauta a homenagem à Maria Baião, nossa conselheira representante dos usuários, a qual se propõe um ponto de pauta para ser discutido ainda nesse encontro aqui. Elder: Dona Arlete? Presidente: Alô. Elder: Hoje a plenária é virtual, eu ia sugerir que respondesse no chat, quem não quiser, manifestar no microfone. O que você acha? Presidente: Não estou te ouvindo, Elder. Ouço, mas não entendo. Elder: Eu falei que como a plenária é virtual, a gente não tem como fazer as plaquinhas, eu ia sugerir que as pessoas mandem no chat a opinião delas. Se alguém discordar que manifeste no microfone. O que você acha? Presidente: Obrigada. É uma boa sugestão. Por favor, gente, vamos nos manifestar no chat. Elder: Acho que já deu, d. Arlete. Se alguém tiver abstenção ou reprovar, pode se manifestar no microfone mesmo. SE: Pessoal, eu só queria pedir de novo que a gente feche os microfones quem não está falando porque tem um ruído no fundo. Sandra: Gente, desculpa, não consegui, mas aprovado. Aprovado. Elder: Valeu. Altair: Aprovado. Presidente: Por favor, eu não ouço. Parece que vocês me ouvem, mas eu estou ouvindo muito ruim. Elder: A gente está te ouvindo, d. Arlete, normal. Tá ouvindo agora? Presidente: Foi aprovado né? Elder: A inclusão foi. A gente tem de aprovar a pauta inteira agora. Presidente: Agora vamos para a aprovação da nossa pauta. Nós já dissemos que a ata fica para a próxima reunião, então está em discussão a nossa pauta. Elder: Aí eu acho que pode ser a mesma lógica. Quem está de acordo com a pauta, fala no chat. Se alguém não estiver de acordo ou quiser se abster, fala no microfone. Ficou a inclusão do ponto da Simone e a retirada da aprovação da ata da plenária 285 que fica para a próxima reunião. Ii: Ok, Elder, de acordo. Sandra: De acordo. Altair: De acordo. Elder: Acho que todo mundo já mandou, d. Arlete. Presidente: Tá. Seguindo, qual é o nosso próximo ponto, por favor? Elder: A gente só não definiu o ponto da Simone se vai ser primeiro, se vai ser no final. Ii: Foi aprovado como primeiro ponto. Presidente: É o primeiro ponto a proposta da Simone. Elder: Eu não tinha visto, desculpa. Acho que a Simone pode apresentar de uma vez. Ii: Mas tem os informes agora, geralmente é o secretário, o primeiro secretário. Você vai fazer os informes, Elder? Elder: Não. Não tinha preparado para fazer, mas deixa eu ver aqui. Eu faço, sem problemas. Esse primeiro informe que está aí, vocês receberam no grupo dos conselheiros. É o formulário para que os municípios que fizeram as conferências municipais eles informem, tanto os delegados e delegadas escolhidas para participar da pré-conferência regional como também as propostas de deliberação para o estado que serão discutidas na conferência estadual. Esse formulário ele foi ruído naquela discussão sobre o atendimento pela LGPD. Foi feito uma análise. Isso foi pacificado. Participaram da análise, acho que o Lucas participou, membros da sociedade civil e

governo, e ele foi encaminhado para os municípios para que os municípios preencham com as informações desses delegados que vão vir para a conferência e as propostas para o estado. É muito importante que esse formulário tenha sido enviado o mais rápido possível. Já estava em cima da hora porque é dele que vem a lista de delegados e delegadas para a pré-conferência regional. O prazo que foi dado é até o dia 22 de julho de 2023. E pedir para que os conselhos e conseas, nas suas respectivas regiões, quando vocês souberem de municípios que fizeram a conferência, de informa-los que o formulário já está disponível. E pedir, sensibilizar e incentivar esse preenchimento para que a gente tenha o máximo de participação possível na pré-conferências. Seguindo nos informes. Você quer dar informe, Grazi? Nos informes não tem manifestação. Grazi: Não. Eu só não entendi sobre o informe. Aquele link para poder apresentar com as informações das conferências, então já pode compartilhar com quem já está fazendo? Elder: É isso mesmo. A SE já mandou. Vocês já podem compartilhar. Foi aprovado lá no grupo. Você lembra? A gente fez uma enquete e tal. E é muito importante, principalmente porque acabou demorando para a gente mandar, fazer essa sensibilização. Todos os municípios que a gente sabe que já fizeram conferências, que a gente foi fazer palestras, acho que é muito importante cada um de nós conselheiros irmos avisando. Claro que a SE já mandou. Já mandou até para todos os conselhos. Já fez até uma articulação com os diretores regionais, mas a nossa atuação também é essencial para que isso seja feito o mais rápido possível e para que tenha a participação mais alta possível. O segundo informe é que ontem foi feita a reunião do GTT de Organização da Conferência e uma das pautas foi a análise das manifestações da consulta pública do RI das pré-conferências. E ficou decidido lá que todas as contribuições que não forem atendidas, sejam por um motivo ou por outro, seja porque elas estão contra ao que está escrito no regimento ou na resolução das pré-conferências, a gente vai fazer, na verdade, a SE vai fazer um relatório com cada uma das contribuições falando se ela foi aceita ou não, e explicando o motivo. Isso é uma ideia que a gente teve para dar o retorno para a sociedade, principalmente para as pessoas que contribuíram para que elas não tenham aquela sensação “Nossa, eu fiz uma contribuição. Minha contribuição nem foi considerada e nem sei por quê. É isso. Não sei se a d. Arlete também tem informes. Suzanne, também está com a mão levantada? Suzanne: Só dar um informe como sociedade civil. A gente teve uma reunião hoje interna nossa aqui para combinar sobre os fluxos de pedido de diária da sociedade civil de forma geral aqui da assistência. Agora, para o ceas, eu só queria assim, depois a gente vai mandar orientação sobre como os conselheiros, enfim, a SE também, como que vai ser o fluxo para pedido de diária nesse processo de conferências. Porque serão muitos pedidos ao mesmo tempo, então só queria dar esse informe agora, de uma vez, de que é isso. A gente teve uma reunião interna aqui, ouvindo das áreas que participam nesse processo. Qual que é a necessidade deles de prazo? Que tipo de documentação que tem de ser enviada para autorização da diária,

de acordo com as legislações do estão. Eu só queria avisar isso, que a gente vai mandar as orientações e pedir a compreensão e o apoio dos conselheiros tambẽm para envio das informações com a maior brevidade possıvel para a SE. Uma delas é aquela planilha que vocẽs já preencheram de quem vai para qual conferẽncias. Então  são isso, queria pedir um pouco de atenção dos conselheiros para sempre que tiverem solicitação de alguma informação, de alguma informação relacionada às viagens, que a gente tente resolver da forma mais breve possıvel para não atrapalhar esse fluxo. É isso, e mais orientações vocẽs vo receber oportunamente. Elder: Acho que é a Paula agora. Paula: Eu queria voltar um pouquinho naquele formulário até que a Grazi perguntou se nós já disparamos. Nós já disparamos sim. E eu gostaria muito da colaboração de vocẽs, até no GT, ontem, as regionais pediram para que mandasse em bloco para todo mundo. E nós falamos de algum cuidado que a gente precisa ter porque ele não tem senha, então qualquer que entrar nesse link consegue preencher. Então, pedir o apoio de vocẽs para divulgação em todos os lugares que forem, em palestras, os próprios municıpios orientarem todos aqueles que não receberam, que mandem um e-mail para o ceas porque já vai vir o e-mail do conselho. A gente vai retornar esse link para o e-mail da pessoa que solicitou, para evitar que tenha três, quatro, cinco pessoas preenchendo as mesmas informações e causando, às vezes, um transtorno. Não recebeu? Não tem problema. Passa o e-mail do ceas. Passa o e-mail agora solicitando e a gente reencaminha para que v exatamente para o endereço certo, para que a pessoa traga isso aı. E uma outra coisa, Elder, aproveitando antes de ir para os outros pontos,  que nós já estamos recebendo aqui, já alguns e-mails, ligações, de pessoas que não conseguiram se... Municıpios que não conseguiram se organizar dentro desse RUIDO que já está se encerrando agora, vai até o dia 15. E eles estão pedindo, já solicitando se vai haver prorrogação da dilação desse prazo para a realização da conferẽncia. Então têm vários municıpios assim que houve uma debandada geral. Trocou o gestor, trocaram os funcionários, trocou o conselho, e eles já estão solicitando, então já queria colocar aqui para vocẽs de antemão se o conselho vai fazer nova avaliação sobre isso para a gente até poder dar um retorno para esses que estão solicitando. Elder: Eu tinha levantado a mão. Paula, acho que seria bom discutir isso no GTT porque tem prós e contras. Minha preocupação é a seguinte, a primeira conferẽncia regional já é dia 25 e o prazo para eles mandarem  até dia 22. Se a gente aumentar esse prazo, como é que a gente vai fazer? Imagina se uma regional da conferẽncia no dia 25, manda o nome dos delegados no dia 25? Eu não vejo muita possibilidade. A gente, às vezes, tem de discutir se aumenta o prazo são para os que estão mais para frente, o que não é muito justo com todo mundo, mas, enfim. Talvez fosse interessante discutir isso no GTT. O que você acha? Paula: O ceas tem de ter o conhecimento do que está acontecendo, do que está chegando, e até para a gente responder, mesmo que for para o não, que ele seja pautado em uma definição realmente de um colegiado, e não da SE responder sozinha. Elder: Bem que eu estou

pensando que a reunião é até dia 19, mas está muito em cima da hora. Não sei se vai ter que ser feito hoje mesmo. Vera: Inclusive Brumadinho ligou hoje solicitando essa mudança de data do dia 14 de julho para dia 21. Elder: Data para preencher, Vera? Vera: Para fazer a conferências. E, segundo ela, solicitei que passasse um e-mail para o ceas. E ela disse que seria dia 21, e no dia 22 na parte da manhã ela encaminharia o relatório. Elder: Acho que é a Grazi agora. Grazi: Só para perguntar para a Sandra porque eu sei também que têm estados pedindo dilação de prazo para o nacional. Como que está esse andamento até mesmo para direcionar aqui o GT. Também acho que o GTT faz uma extraordinária, mas tem de ser discutido em GT. Sandra: Boa tarde. Vou falar primeiro da relação criança e adolescente CONANDA, não abriram o passo. Quando surgiu isso eu fiquei lembrando da discussão do fórum nacional. Não dilatou assim, o prazo. Está bem rígido com a questão dos prazos. E no CNAS a gente tem o pleno agora na semana que vem já para aprovar o Informe nº 5 que é para as estaduais, mas eu posso fazer uma consulta, que eu não vi decisão na última plenária de estender prazo das conferências, não. Mas eu posso fazer uma consulta aqui agora e perguntar à SE e à Presidente Margarete e passo para vocês. Mas, à princípio, eu acho que não. E até a gente fez extraordinária na segunda-feira passada. Ontem a gente teve a reunião da sociedade civil de informe para colocar mais elementos, aprimorar, qualificar o documento nº 5 que vai sair agora. Vai ser aprovado na semana que vem no pleno para já disparar os processos para as estaduais. Mas eu posso verificar aqui. Fazer uma consulta. Até o final da reunião acho que já tenho uma resposta. Tá bom, Grazi? Elder: Agora é a d. Arlete. Presidente: Eu vejo isso, esse pedido eu acho que é uma faca de dois gumes. Eu acho que o pessoal acordou para a importância de realizar a conferências e nós estamos com esse problema de tempo. Então, de fato, essa comissão vai ter que conversar e nós temos que ser bem realistas. A gente vai dar conta do trabalho? Eu acho que a grande pergunta é essa. Gostaria muito que fosse possível, mas essa é uma questão que não passa só pelo desejo. Eu acho que tem de ter muita maturidade para tomar essa decisão. Elder: Mira e depois Suzanne. ADELMIRA: É sobre isso mesmo porque aqui na Cidade Administrativa hoje, eu recebi duas ligações de dois municípios perguntando sobre se ia mudar essa data, o prazo do dia 15 para a realização das conferências municipais, alegando que alguns estados já estão fazendo isso. Eu tentei contextualizar dizendo que nós temos as conferências para as regionais, as pré-conferências regionais, mas que caberia eles enviarem um ofício solicitando e justificando para eu encaminhar para a mesa d. É só para colocar que essa demanda apareceu hoje. A Vera recebeu uma. Eu recebi demanda de dois municípios. Só isso. Elder: Suzanne. Suzanne: Eu estava olhando aqui a resolução do ceas que fala sobre o prazo. É a Resolução ceas nº 797 desse ano que é a que estabelece orientações gerais para a realização das conferências municipais. Nela fala que os municípios têm que observar e cumprir o calendário até o dia 15 de julho para realizar. E que para participar das pré-conferências regionais, os municípios devem

realizar as conferências dentro do calendário e registrar os delegados até o dia 22 de julho. Então qualquer alteração aqui vai ter que ser uma alteração de resolução do ceas, do calendário. Acho que a d. Arlete fala uma coisa que é isso também, a gente também tem de ser realista com o que a gente dá conta de fazer. Porque eu já ia falar de antemão é, pelo que a resolução fala, no art. 11, da resolução do ceas, esse registro das informações é pré-requisito para participar das pré-conferências regionais. Eu acho que é assim, o que a gente pode fazer é que quem fizer a conferências depois desse prazo, não participa, não envia delegados para a pré-conferências regional, mas a gente pode, às vezes, acordar de que a gente vai receber as deliberações desses municípios, talvez, para ele ser contemplado de alguma forma. Agora, é isso, assim, eu acho que a gente abrir esse precedente vai atrapalhar muito na nossa organização. É isso, o prazo está até o dia 15 de julho, aí tem que ver se a gente vai, se o ceas vai querer alterar esse prazo. Mas eu só queria dar essa sugestão de a gente manter o prazo para delegados e para participar da pré-conferências regional e, talvez, só aceitar as deliberações dos municípios. Elder: Eu entrei no site do blog do Conselho Nacional, na verdade, eu acho que esse prazo do dia 3 de abril a 15 de julho é do Conselho Nacional de Assistência Social. Porque está até no blog deles datas das conferências municipais, período de 3 de abril a 15 de julho de 2023. Não consegui localizar a resolução exata, mas posso falar até o final da plenária. Sendo o prazo do Conselho Nacional, algo que a gente não tem nem abertura para fazer a prorrogação. Então, sobre o prazo, se é o prazo do Conselho Nacional, acho que a resposta hoje é que o Conselho Nacional definiu que é até o dia 15, então não há possibilidade. Mas se houver uma prorrogação pelo conselho, a gente verifica se faz a prorrogação por aqui também. Acho que seria um caminho. E sobre essa ideia de receber as propostas de deliberação, não vejo problema, acho produtivo. E queria assim, acho que isso é mais uma fala da SE, principalmente sobre o formulário porque, ok, a gente vai aumentar o prazo, por exemplo, o formulário está para dia 22 de julho. Se a gente deixar para o dia 24 de julho, a gente vai conseguir organizar para a primeira pré-conferências regional? Eu acho que não, então, é isso. lara e depois Paula. lara: Só lembrar até para uma ordem que a gente está em um informe e o informe está se tornando um ponto de pauta. As contribuições foram boas, mas acho que a gente tem que tirar como indicativo e já finalizando porque nós temos pautas que foram aprovadas para a gente seguir o reto no rito como um indicativo de uma reunião do GT para que o GT dessas tratativas considerando o que já foi colocado aqui. Acho que a ideia da Suzanne é excelente. Acho que a gente tem que levar em consideração o que está previsto nas resoluções do conselho nacional, do conselho estadual e achar uma saída. Mas eu sugiro que a gente já vá finalizando esse informe e a gente saia daqui com um indicativo de uma reunião do GTT para a gente dar tratativas às pautas que foram aprovadas no dia de hoje. Elder: Concordo plenamente, lara. Mandei até palminhas. Paula, depois Marilene. Lembrando o que a lara falou, vamos encerrando a discussão.

Paula: Ok. Elder, eu só queria lembrar que essa solicitação de dilação do prazo é uma coisa nova, não é específica dessa conferência, em todas as conferências ela acontece. Na verdade, têm resoluções, sim. Eu acho que a gente tem que ter também aquela questão do bom-senso, ver o que vale à pena que é a realização realmente das conferências dos municípios essa avaliação. Então sempre que a gente trabalhar era o seguinte, tinha um prazo. A gente tem o prazo do dia 22 para lançamento e fechamento do sistema. Ok. Então se o município “Eu não consigo fazer no dia 15, mas consigo fazer no dia 16, no dia 17.” Isso já sempre pontuar o seguinte, tudo bem que você faça fora desse prazo, mas o prazo do dia 22 o sistema fecha. A responsabilidade de você fazer no dia 21 e conseguir ficar até de madrugada e lançar tudo e no dia 22 estar completo, ótimo. O que não dá é para passar dessa data e depois de eles começarem a mandar aqui por e-mail, e a gente tem que ficar sem saber como processar essas informações e assumir isso. Por exemplo, a SE assumir o prazo de ela digitar depois o que chegou por e-mail fora de um sistema. Isso seria um complicador, mas se o conselho houver acordo nisso, seria assim, pode até realizar um pouco, um ou dois dias após o prazo? Sim, mas a responsabilidade é sua de lançar no sistema dentro daquele prazo. Se não lançou, não vai ser avaliado, não vai ser acatado os delegados e também essas deliberações não vão seguir para a nacional, para as próximas etapas. IARA: Ótimo, Paula. Elder, considere a participação da Paula na reunião do GTT que a gente vai fazer extraordinária, porque eu acho que ela tem uma expertise e um percurso que vai contribuir muito com as nossas decisões. Presidente: Sigamos, gente? Elder: Sigamos. Só tirar um encaminhamento, d. Arlete, se a senhora permitir. Presidente: Vamos ver a proposta da Lara casa bem com essa ideia do GT fazer esse trabalho com a contribuição da Paula. É isso, gente? Elder: Isso. A gente manda umas sugestões de data e horário lá no grupo só para não demorar mais nesse ponto aqui. Podemos avançar para o ponto da Simone? Acho que podemos avançar para o primeiro ponto da Simone. O que vocês acham? Presidente: Sim. Vamos. Daqui a pouco já vai ter uma hora que nós estamos aqui. Simone. Elder: Exatamente. Simone: Estão me ouvindo bem? Elder: Sim. Pode falar. Simone: Como todos vocês sabem, eu trabalho com a Vereadora Iza Lourença, na sua assessoria. No começo do ano, acredito que na nossa reunião de fevereiro, parece, não sei, não me lembro. Não me recordo a data. Temos uma reunião de coordenação de mandato. A gente faz isso todo mês. Mas essa pauta apareceu e, ela, como vereadora, tem algumas indicações como honra ao mérito ou cidadão honorário. E na reunião ela me pergunta, me faz a pergunta se eu gostaria de estar indicando alguma pessoa para receber uma dessas duas placas. E, naquela ocasião, eu disse que gostaria muito, tinha muito interesse de estar homenageando a d. Baião pela minha trajetória dentro da assistência e por ela ter sido uma mulher que tem uma história, uma trajetória brilhante dentro da assistência, pioneira. Espero conseguir contribuir pelo menos 10% do que ela contribui para a assistência, um dia. E eu acho também que a gente tem que aproveitar esses espaços

de valorizar as pessoas, principalmente os usuários que todo mundo sempre fala que usuário, usuário, usuário, mas em todos os espaços que eu passo nunca é usuário. O usuário sempre fica esquecido. Ele só é lembrado quando ele é questionado. No meu viés, eu entendi que a melhor homenagem para mim a pessoa estar contribuindo fazendo essa homenagem seria a d. Baião. Uma mulher negra, periférica de uma história brilhante e também por ser usuária da ast. Eu não poderia levar essa honra ao mérito ou cidadão honorário a um outro segmento que não seria essa representatividade para mim como pessoa, como ser humano. Eu tive a possibilidade de estar colocando na conferência municipal que ocorre agora dia 8 e 9 aqui no município de Belo Horizonte, mas por agenda, por vários trabalhos que eu fiquei no decorrer desses meses, eu não consegui dialogar de forma participativa, de contribuição mesmo dentro do conselho municipal. As agendas não têm batido e, então, acabou que o prazo se perdeu. O trâmite na câmara municipal já está todo avançado, as assinaturas com todos os vereadores, porque tem um trâmite também do lado de cá e a única coisa que falta mesmo é a definição da data. E é igual eu disse no começo, eu preciso de um prazo rápido para colocar essa data por causa do prazo de construção dessa placa e tudo. Ontem, eu já havia trazido para os meus pares. Algumas pessoas já tinham dito até antes ao que foi dito para agora. Poucos dias agora mandei um áudio também no grupo da sociedade civil pedindo permissão para a sociedade civil se eu poderia estar trazendo isso para o GT. E ontem eu fiz a proposta no GT, fui até bem acolhida, graças a Deus. Obrigada a todo mundo. E eu queria contar com vocês nessa aprovação. E a sugestão que eu entendi que seria melhor ser na estadual, até porque não dá tempo mais de colocar agora na Metropolitana, está muito corrido. Então que fizéssemos isso na estadual e no dia 3, aí, assim, pensei mais, não sei, na abertura. Não sei, eu queria mesmo construir com vocês, mas que acontecesse no dia 3. Dona Baião, na verdade, seria uma surpresa, mas no decorrer de várias coisas acabou que ela precisou de ficar sabendo. Não tinha como eu pegar algumas informações, alguns dados pessoais dela até precisei no momento, então não teria como fazer isso escondido. Mas também ela vai ter a única surpresa que ela não vai saber, isso eu me comprometo, se vai ser o cidadão honorário ou se vai ser honra ao mérito. Então pelo menos esse cuidado a gente vai conseguir manter até no dia 3, se for aprovado aqui. É isso. Eu não vou me prolongar mais. Era só essa apresentação. E eu quero pedir mesmo com toda a emoção e com todo o carinho que vocês avaliem da importância não só para ela porque, no meu entender, essa homenagem ela vai para a d. Baião, mas eu acho que ela representa todos nós usuários. Ela representa todos os usuários que antecederam ela e que vão seguir a trajetória aí, eu, como mulher, quero muito seguir esse legado que ela passa, esse bastão de legado mesmo de sabedoria, de conhecimento e de responsabilidade com essa ast. É um pouco disso. Obrigada. SE: Simone, você podia repetir, por favor, o nome da vereadora, a câmara e o dia correto só para a gente... Simone: A vereadora é Iza Lourença. Câmara Municipal de Belo

Horizonte. Partido é o PSOL. E a data sugerida por mim e logicamente que vamos ver o avanço, seria no dia 3. SE: 3 de agosto? Simone: Não. Dia 3 de outubro. SE: De outubro, sim. Simone: É. É essa a data que inicia a conferências estadual? SE: Isso mesmo. É. Simone: Então é isso. SE: A mesma data. Ok. Obrigada. Simone: Seria no momento da conferência. Não seria uma coisa fora, não, porque a gente também tem a possibilidade de fazer na câmara municipal, mas eu não entendo, eu não conseguiria abranger as pessoas da assistência fazendo o convite para que as pessoas do conselho na câmara. Entendeu? Não era esse o momento que eu queria, por isso que estou pedindo aqui o apoio de vocês para que faça isso no momento até para a gente fortalecer os outros usuários que estão na assistência, da grandeza e da participação da grandeza mesmo dessa mulher dentro da assistência sendo uma usuária. SE: Ok. Elder: Acho que sou eu. Primeiro, quero parabenizar a Simone pela iniciativa. É muito bacana. Legal. Pena que não vai ser surpresa. Eu só ia sugerir que o encaminhamento seja a gente aprovar a inclusão da homenagem. E, o momento exato, que a gente discuta nessa próxima reunião do GT, até para verificar algumas questões mais básicas, por exemplo, se a Baião for candidatar de novo, aí a gente faz na plenária final para não ter nenhum problema com eleição. A gente só verifica esses detalhes mesmo. Seria esse o meu encaminhamento. Simone: Eu estou de acordo. Elder: Pode ser isso, Simone? A gente aprova só a inclusão da homenagem da estadual. E faz o encaminhamento de que o momento exato, onde vai ser encaixado lá na nossa conferência, a gente discuta no GT. Simone: Eu estou de acordo, Elder. Para mim, fica bom assim. A gente definindo a data porque com a data definida, independentemente do horário, eu já consigo avançar do lado de cá também, dando seguimentos aqui dentro da câmara para eles fazerem a placa. E a gente já formaliza só depois dentro do GT. Para mim está ótimo. Baião: Eu também estou de acordo. Obrigada. Simone: Baião, já te falei que você não pode falar nada. Você tem que ficar quieta. Presidente: Você tem que se abster, Baião. Elder: Você é parte interessada. Simone: Eu pedi a ela para se abster, gente, para ela não falar nada. Eu pedi. Eu falei: “Baião, pelo amor de Deus.” Elder: Iara. Simone: Elder, desculpa, gente. Eu tive uma dificuldade com a Baião porque em todos os espaços que eu estou para tratar desse assunto, a Baião está. Então, no CMAS a gente está nas mesmas comissões. Chega aqui no estadual, estão as mesmas coisas. Na mesa diretora, eu faço parte da mesa diretora do CMAS, ela também faz parte da mesa diretora. Eu tive muita dificuldade. Ela sabe que ela me atrapalhou muito para conseguir fazer surpresa. E eu sou péssima na surpresa também. Elder: Iara, você está com a mão levantada? Você queria falar? Iara: Já vou baixar. Já fui contemplada na sua fala e na da Simone. Simone, parabéns pela iniciativa, tá. Presidente: Obrigada. Por favor, todos coloquem de acordo ou não, e sigamos. Qual é o próximo ponto? Sandra: Ok. De acordo também. Muito boa iniciativa. Elder: Só repassando o encaminhamento para não restar dúvida. O encaminhamento é pela inclusão da homenagem à Conselheira Maria Aparecida Baião, na programação da 15ª

Conferência Estadual de Assistência Social de Minas Gerais. E o encaminhamento que seja incluído no GT da Conferência a discussão sobre em qual momento será feita essa homenagem. Presidente: Ok. Qual é o próximo ponto, Elder? Elder: Acho que agora é a minuta do RI das pré-conferências regionais. Se o pessoal puder abrir aí. Só para fazer uma contextualização para todo mundo, eu até já adiantei que ontem no GTT a gente fez a análise das contribuições que foram recebidas na consulta pública do ri das pré-conferências. O que foi discutido na nossa última plenária, se não me engano, é que esse ri seria colocado para consulta pública. A gente ia avaliar, fazer as alterações necessárias e, hoje, se todos estiverem de acordo, a gente já aprovaria esse ri. Por que essa ideia? Porque a programação das pré-conferências está muito corrida. E a gente ficou com receio de que abrir uma discussão sobre ri pudesse atrapalhar os trabalhos. Mas, para além disso, também tinha uma discussão técnica que é como as pré-conferências não são deliberativas, não vai haver construção de deliberação lá. E a gente discutiu muito que o ponto mais polêmico a respeito a respeito de um ri era justamente esse relativo à construção de deliberações, de poder criar a deliberação na hora, coisas nesse sentido. A gente imaginava que o ri não teria tantas questões mais. Esse era o primeiro ponto que nos fez ir para esse lado. E o segundo ponto é a questão de tempo de fala que o pessoal acaba discutindo, mas a gente poderia discutir agora e já fechar aqui. Qual foi o nosso modo de trabalho ontem? Nós recebemos 17 contribuições. O ri ficou disponível, se eu não me engano e a SE pode me corrigir, do dia 21 de junho ao dia 30 de junho, no site do ceas. Ele foi divulgado também nas redes da sociedade civil. Houve também pedidos de divulgação em outras redes e nós recebemos essas 17 contribuições. Ontem, a gente analisou uma por uma. As contribuições que não poderiam ser consideradas acatadas porque elas iam contra a resolução que institui as pré-conferências ou contra alguma lei, alguma legislação, elas já foram desconsideradas de uma vez. As considerações que pudessem ser acatadas, que houvesse possibilidade de serem acatadas, elas serão apresentadas aqui agora para a gente discutir se a gente acata ou não e como. E eu queria para abrir o ri para a gente fazer a discussão. IARA: Elder, só lembrando, como o regimento está em andamento, nós já fizemos a aprovação dele em plenária. Agora a gente só vai fazer a inclusão das 17 contribuições ou não. Não é isso? Elder: Na verdade, não, Iara. A gente leu ele no GT, mas na plenária, como ia ter a consulta pública, ficou decidido que a gente não ia ler aqui. Presidente: Isso mesmo. Iara: Ah, tá. Só para eu lembrar. Então nós vamos fazer a inclusão. Não é isso, d. Arlete? Presidente: Isso. Iara: E fazer a aprovação na íntegra do ri agora. Elder: Isso. Presidente: Agora. Iara: Perfeito. Agradecida pelos esclarecimentos. Presidente: Ok. É isso aí. Vamos que vamos. Elder: Se alguém puder abrir o documento. Dona Arlete, você quer apresentar? Você quer que eu apresente? Presidente: Eu, muito mal estou vendo essas letrinhas. Eu não tenho condições de ler daqui. Elder: Não tem problema. Iara: Meu Deus, socorre, gente. Presidente: Lucas já acabou de chegar. Seja bem-vindo, Lucas. Lucas: Boa tarde,

pessoal. Desculpa a demora. Elder: Boa tarde. Vamos lá. Vou lendo e a gente já vai fazendo... O que vocês preferem? Que a gente leia os destaques e já define como vai ficar o texto e lê tudo até o final ou vai fazendo tudo ao mesmo tempo? Estou com medo de ficar tudo confuso. Presidente: Não dá para aumentar um pouquinho? Elder: Só não aumenta muito porque eu não consigo ler. Ah, o encaminhamento já está embaixo. Pode aumentar. Suzanne: Elder, eu sugiro de a gente ler o artigo primeiro e as duas opções de artigo 1º, enfim, volta. E nos demais que não tiverem propostas, se ninguém tiver destaque, considera que está aprovado. Por exemplo, no art. 2º não tem nenhuma contribuição. Lê o texto que está aí, e se ninguém tiver destaque, considera-se que ele está aprovado. Elder: Combinado. Acho que é uma boa ideia. Obrigado, Suzanne. Lembrando que o ri ele tem que estar de acordo com a resolução ceas que define como é que vão ser as pre conferências. Então a gente não pode criar aqui uma novidade, uma coisa diferente assim. Presidente: Só para lembrar que as contribuições que foram enviadas, ontem a gente fez essa discussão à luz desse documento maior para evitar de um desdizer o outro. Elder: Exatamente. Muito obrigado, d. Arlete. Vou começar a ler aqui. “Regimento Interno das Pré-Conferências Regionais de Assistência Social. Capítulo 1. Do objetivo das pre conferências. Art. 1º As pre conferências regionais, considerando o tema da 15ª Conferência Estadual de Assistência Social, Reconstrução do SUAS, o SUAS que temos e o SUAS que queremos, terão por objetivos:” Aí embaixo vêm os 5 objetivos. Deixa eu ler de uma vez porque esse destaque tem a ver com esses 5 objetivos. 1º – Discutir o lema da 15ª Conferência Estadual de Assistência Social, caminhos de participação social para restabelecer a cidadania. 2º – Qualificar as participantes e os participantes sobre a elaboração e monitoramento de deliberações de conferências. 3º - Apresentar diagnóstico da regional do SUAS com dados consolidados dos municípios abrangidos pelas regionais que participam das pre conferências. 4º - Eleger delegadas e delegados para a 15ª Conferência Estadual de Assistência Social. 5º - Discutir os desafios e potencialidades da PAS das regionais. 6º - Elaborar documento com o resumo das discussões desenvolvidas na pré-conferências, a ser encaminhado para acompanhamento da Comissão de Monitoramento de deliberações das conferências do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/MG.” Esse é o texto que está hoje. A gente recebeu a seguinte contribuição. A pessoa sugeriu que a gente alterasse o caput. Quando eu falo caput, é a cabeça do artigo. É essa primeira linha onde vem o art. 1º, antes de vir os incisos. Seria uma alteração dessa cabeça do artigo e a pessoa queria que fosse citado o lema lá no início do artigo. E, conseqüentemente, se a gente levasse o lema ali para cima, o primeiro objetivo que seria discutir o lema, ele sairia e ficariam cinco. A proposta de quem contribuiu foi deixar assim: As pre-conferências regionais terão como tema a Reconstrução do SUAS, o SUAS que temos e o SUAS que queremos. Como lema: Caminhos de participação social para restabelecer a cidadania e como objetivos. Ficaria do 2º até o 5º. É claro que a pessoa fez um texto. A gente adequou para atender

os pontos que foram pedidos. Esse que estaria para discussão. Qual que vocês acham que a gente mantém? Mantém, traz o lema para cima e tira ele dos objetivos ou deixa do jeito que está? Eu queria só fazer um resgate da nossa discussão. a gente falou muito que o lema era um dos objetivos da discussão da conferências. Se a gente fizer essa alteração, não fica claro isso. Eu entendo que a redação que foi feita anteriormente está melhor. Iara. Iara: Eu só estou com dúvida se a gente já vai votar agora no texto que a gente quer? É isso? Se é continuar ou se é alterar? Esse é o rito que nós vamos seguir, não é? Elder: É. A gente pode até definir agora se a gente já faz essa lógica. A gente já vota manter o texto, alterar o texto e vai passando, mas, antes, a gente pode fazer uma discussão rápida. Mas acho que é uma boa, Iara. A gente já vai votando. E vai ser sempre: manter o texto, alterar o texto. Iara: Sim. Ok. E a pessoa que deu a sugestão não está participando aqui da reunião, né? Elder: Não. É contribuição anônima. Iara: Ok. É só para poder saber se a pessoa gostaria de ter uma fala de defesa, mas se não estão participando, já está ok. Então é a nossa decisão. Beleza. Elder: Sim. Não sabemos porque era anônima, então pode ser que ela esteja. Iara: É, mas se ela está no anonimato, ela não quer participar aqui, certamente. Elder: Exatamente. A minha impressão é essa, é alteração, não vejo problemas de alterar, mas a gente falou muito sobre a discussão do lema ser um dos objetivos. Com o texto novo, eu entendo que isso não fica tão nítido porque só fala que as pre-conferências terão como tema a reconstrução do SUAS, como lema caminhos de participação social, e o lema sai dos objetivos. Se alguém tiver alguma opinião contrária e quiser contribuir. Presidente: Eu penso que a gente tem que deixar bem forte a questão do lema porque é isso que nos tem causado esse grande incomodo. Por isso a gente está para essa conferência com essa pergunta. Ela é provocativa e ela vai gerar, eu, no meu entendimento, as maiores intervenções. As discussões vão trazer, de fato, as pessoas para dentro dessa roda para dizer desse SUAS que queremos. Eu manteria a proposta inicial. Elder: Concordo, d. Arlete. Não tem nenhuma mão levantada. Se não tiver nenhuma mão levantada, eu ia propor para a gente já... Desculpa, a Grazi acabou de levantar. Pode falar, Grazi. Grazi: Eu não vejo prejuízo que o lema vá para o art. 1º e que se mantenha discutir o lema. Eu não entendi por que não pode ter esse objetivo discutir o lema. Então só fazer a referência, falar novamente no art. 1º a importância do lema, falar o lema, citar o lema no art. 1º e dizer que essa conferência seria discutir o lema também. Eu não entendi esse prejuízo, não, Elder. Eu até entendi o seu argumento, mas eu não entendi o prejuízo. Elder: É, você deu até uma ideia nova que seria mudar o caput e manter o primeiro porque a ideia anterior seria suprimir o primeiro. Também entendo que não tem problema, não. A gente poderia levar para o caput atendendo ao pedido da consulta pública e manter o primeiro discutir o lema. Eu não sei se a gente vai repetir porque o lema está lá em cima, às vezes, a gente só deixa discutir o lema da 15ª Conferência Estadual de Assistência Social e não repete o lema no texto, só para não ficar repetitivo demais. Acho uma boa ideia, Grazi. Acho

que atende os dois pontos. O que vocês acham? Sandra: Concordo com a Grazi. Não estou vendo prejuízo, não, de estar descontando, e aí sim, estar no caput ou estar no objetivo é a condução ali da dinâmica a gente puxar para essa discussão que a d. Arlete falou, que é provocar e daí saírem as deliberações relacionadas a esse tema. Também concordo com a Grazi. Para mim, pode manter Elder: Ok. Só já orientando a SE, eu sugiro de marcar, de alguma forma, o texto que vai ficar que seria o art. 1º. A gente vai votar ainda, mas é só para vocês verem. A ideia seria a seguinte, o art. 1º, a parte inicial dele seria: As pre conferências regionais terão como tema: A reconstrução do SUAS, o SUAS que temos e o SUAS que queremos. Como lema: Caminhos de participação social para restabelecer a cidadania. E como objetivos, aí a gente não suprimiria o primeiro, a gente não retiraria o primeiro objetivo. E o primeiro objetivo ficaria: Discutir o lema da 15ª Conferência Estadual de Assistência Social. Aí a gente já coloca o ponto e vírgula e não repete porque o lema já vai estar escrito lá em cima. Podemos consensuar nessa proposta? Presidente: eu concordo. Elder: Também. li [1:06:53]: Também concordo com a proposta da Grazi. Elder: Acho que para essa parte do regimento, a gente pode combinar que quem discordar, se manifeste. Sandra: Isso. Sim. Elder: A gente está, a proposta da Grazi, a ideia é acatar essa proposta da Grazi do jeito que eu li. E se alguém discordar, por favor, se manifeste. Iara: Elder, d. Arlete, eu só queria fazer uma justificativa porque estou com problema na Internet, às vezes eu vou ficar transitando de celular para computador e pode ser que eu perca alguma coisa, tá, d. Arlete? Mas vou tentar seguir firme até o final da plenária fazendo esse movimento. Está bem, pessoal? Mas eu estou de acordo. Eu peguei o que vocês falaram. Estou de acordo. Presidente: Obrigada, Iara. Elder: Acho que não tendo manifestação, proposta aprovada. SE, só lembrar de nesse primeiro tirar o lema porque ele já está escrito lá em cima. Vai ficar só: Discutir o lema da 15ª Conferência Estadual de Assistência Social. No Inciso I, o texto de início ficou vermelho. O inciso I vai acabar em 'social'. O resto mantém do jeito que está. Ok, com relação aos demais incisos, todos de acordo? Quem não estiver de acordo, por favor, se manifeste. Não havendo manifestação, a gente vai entender que está aprovado. Ok, então. Todos de acordo com os demais incisos. Vamos continuar. li: Desculpa, só apaga o art. 1º lá de cima? Elder: É. Li. dois. Elder: É bom deixar em vermelho até para a gente ver o que alterou. Se vocês quiserem alterar o primeiro, marcar de vermelho também o primeiro. SE, se ficar rápido também, vocês falam porque aí a gente vai fazer mais devagar. Vamos para o segundo agora. Artigo 1º aprovado. Desculpa, tem o parágrafo único que eu não tinha lido. "Parágrafo Único. As pre conferências regionais normatizadas pela Resolução nº 799/2023, do ceas/MG, ocorrerão conforme estabelecido neste ri. Vou sempre dar um tempinho para se tiver alguma manifestação, alguém fala. Agora, os demais eu vou lendo, se alguém tiver destaque, que faça, até aparecer a próxima contribuição. "Art. 2º A programação poderá sofrer alterações caso seja necessário, durante a realização da pré-conferência regional, com exceção do horário de credenciamento e do encerramento, desde que

sejam mantidas as mesmas atividades previstas. Art. 3º São delegadas e delegados das pre-regionais, com direito à voz e voto, aquelas e aqueles eleitas e eleitos nas conferências municipais e devidamente credenciadas ou credenciados na pré-conferência regional de ast.” Eu só ia sugerir nas conferências municipais de ast. Fica repetitivo, mas acho que é importante porque não pode gerar ambiguidade. Obrigado. Se alguém tiver algum destaque, alguma coisa, fala. Como não está tendo manifestação, a gente está entendendo que está aprovado, mas no final vai ter a aprovação do documento por inteiro também. “Art. 4º As convidadas e os convidados das pres regionais previstos no art. 20, da Resolução ceas nº 799/2023, terão direito à voz.” Agora, tivemos uma outra sugestão que foi a seguinte, na minuta do ri não havia a programação das pres. Não havia nenhum artigo falando sobre isso. E é muito comum, nos regimentos internos, todos que eu vejo, já têm a programação, então houve uma sugestão de incluir um artigo, incluir um capítulo chamado “Da organização”, e colocar a programação das pres. E a nossa sugestão é copiar o texto do art. 6º, da Resolução nº 799/2023 que é justamente a programação. A ideia seria incluir um capítulo novo que seria chamado “Da organização”, e esse seria o art 5º. E o texto seria: “As pres regionais serão organizadas no horário de 8h às 16h30 e, com base no art. 6º, da Resolução nº 799/2023, terão a seguinte programação:” E essa programação é a mesma programação que já foi aprovada na 799/2023. Só passando aí, não houve nenhuma alteração nela. Vocês concordam de a gente incluir esse artigo. Eu acho que é importante e acho que ficou faltando mesmo. Os regimentos internos, os das conferências, sempre têm, então eu sou a favor de colocar. SE, no final, é só dar aquela revisada geral na minuta para ver o número dos artigos se estão certos, os números dos capítulos também se estão certos. Ok. Não tendo manifestação, entendo que todo mundo concordou em incluir a programação. Podemos continuar? “Capítulo 2, que agora vai virar o 3, porque o 2 vai ser ruído [1:12:47]. Oi? Presidente: Estou dizendo que é isso mesmo. Continuemos. Elder: Isso. Vou lendo os números, mas considerem que vai ser alterado depois. “Da mesa de abertura, painel e discussão regional em grupos. A mesa de abertura discutirá o tema da 15ª Conferência Estadual de Assistência Social e realizará a qualificação sobre a elaboração e monitoramento das deliberações de conferências. O painel temático tratará do lema da 15ª Conferência Estadual de Assistência Social. Parágrafo 1º Após as apresentações serão abertas as inscrições de delegadas e delegados, convidadas e convidados para debate, intervenção oral ou esclarecimento de dúvidas. Para ampliar a participação, cada intervenção oral terá a duração de no máximo 2 minutos.” Esse não está aí, mas eu lembro que tinha uma manifestação de ser 2 minutos prorrogável por mais um. Ficou lá embaixo isso, gente? Porque eu lembro que a gente viu isso ontem Presidente: De fato, teve, agora não me lembro se está aí no registro. Elder: Era a última. E talvez por ser a última ele passou batido. SE: Estava nas moções, Ana. Elder: Nas moções? Eu acho que era... O que era? Falava de moção? Deixa eu ver. Ah, era na plenária final,

né? Não era do tempo de fala. Ok. Está certo. Continuando. “Art. 6º A discussão regional em grupos terá como objetivo debater desafios, potencialidades e dificuldades na execução da PAS em âmbito regional, e propor estratégias para fomentar instâncias de controle regionalizado, com o objetivo de incentivar a reflexão, discussão e compartilhamento de conhecimentos sobre a situação do SUAS na região. Parágrafo 1º O resumo dos principais pontos discutidos deverá ser apresentado por uma relatora ou um relator, escolhida ou escolhido, pelas ou pelos participantes do grupo na plenária final. Parágrafo 2º Os principais pontos de discussão serão registrados em instrumental específico a ser remetido para a Comissão de Monitoramento das deliberações de conferências do ceas MG. Parágrafo 3º A Comissão de Monitoramento de Deliberações de Conferências do CEAS/MG utilizará as informações registradas no instrumental mencionado no parágrafo 2º para proceder com a análise dos instrumentos de planejamento das ações e relatórios de execução apresentados pela gestão estadual.” Não houve manifestação. Não houve contribuições na consulta pública ou não puderam ser aproveitados porque iam contra a Resolução nº 799 do ceas. “Capítulo 4. Da eleição das delegadas e dos delegados para a 15ª Conferência Estadual de Assistência Social. Art. 8º O processo de escolha das delegadas e dos delegados para a 15ª Conferência Estadual de Assistência Social dar-se-á conforme o aprovado pela Resolução ceas nº 799/2023 e aqui normatizado.”

Iara: Só porque nós citamos muito aqui no regimento essa Resolução nº 799/2023 e ela não está, por exemplo, no site do ceas. Às vezes eu tenho desafios que eu vejo que vocês da sociedade civil, a d. Arlete até nos chamou muito a atenção para isso também, dos desafios que ela enfrenta, vocês localizarem rápido as resoluções e a gente, às vezes, não conseguir localizar porque os nossos trabalhos também não estão tão focados como o de vocês específico para esse trabalho. Os nossos são um pouco mais descentralizados. A gente trabalha em várias frentes. E eu fiquei sugerindo que essas resoluções estejam lá no site do ceas, tá gente. Que tudo isso esteja lá para a gente localizar com rapidez e acompanhar quando vocês forem sinalizando essas questões.

Elder: Eu não sei qual a última vez que você olhou, Iara, mas eu olhei aqui agora e ela já está lá no site.

Iara: Eu estou com ele aberto, Elder. Não estou vendo, não. A não ser que eu esteja olhando o lugar errado. É a 15ª Conferência Estadual.

Elder: Você vai em ‘Legislação’, Resoluções 2023, está até 804.

Iara: Não devia estar nas conferências?

Elder: Como assim? Na aba das conferências?

Iara: Porque não é resolução...

Presidente: também.

Iara: Não trata das conferências?

Elder: Concordo.

Iara: Entendeu? Sempre quando eu vou pesquisar, eu pesquiso na conferência. Eu não estou achando. Ontem, por exemplo, eu estava em uma reunião e eu não achei nada.

Elder: Entendi. Ela está na aba de resolução, mas acho uma ótima ideia de incluir todas as resoluções que tratam de conferências também no espaço do site das conferências. Ótima ideia, Iara.

Iara: Eu já fui olhar lá agora se realmente faz sentido o que a gente está discutindo. Eu não consegui localizar.

Elder: A gente pode colocar como esse

encaminhamento também de que todas as resoluções que tratam de conferências, elas sejam colocadas no site, tanto na parte das resoluções quanto na parte das conferências. Vou até mandar no chat aqui o endereço dela. SE: A gente pode substituir o 'dar-se-á' por 'se dará'? Só para ficar uma linguagem mais fácil. Elder: Acho melhor. "O processo de escolha das delegadas e delegados para a 15ª Conferências Estadual de Assistência Social se dará conforme aprovado pela Resolução ceas nº 799/2023 e aqui normatizado. Art. 8º" SE: Vou alimentar o site daqui a pouco. Elder: Ok. "Parágrafo 1º Somente poderão se candidatar como delegadas e delegados para a conferências estadual as participantes e os participantes devidamente credenciados e credenciados na condição de delegada ou delegado. Parágrafo 2º A escolha das delegadas e dos delegados se dará dentro do mesmo segmento de representação." Aí tem uma sugestão de inclusão, que seria um novo parágrafo, um novo artigo. "As vagas a serem preenchidas deverão observar a distribuição disposta no parágrafo 1º, do art. 11, da Resolução ceas nº 799/2023." Eu estou com a resolução aberta aqui. O art. 11 da resolução fala: O número de delegadas e delegados a serem eleitos em cada pre-regional deverá observar o número de municípios da área de abrangência; o número de municípios por regional/ proporcionalidade do número de delegadas e delegados participantes nas pres regionais. A priorização das representantes e dos representantes de usuárias e de usuários na repartição das vagas destinadas à sociedade civil." E aí tem aquele quadro que a gente discutiu muito, que era o quadro do múltiplo de 8, que cada regional ficou com um múltiplo de 8, acrescentando 1 delegada ou 1 delegado usuário. Esse artigo faz remissão ao artigo da resolução. Acho interessante colocar porque a gente não precisa repetir isso aqui, mas mostra que tem um lastro com outra resolução. Aí esse viraria o art. 9º. E esse seria o 10º. "Art. 10º Para o preenchimento das vagas de delegadas e delegados para a conferências estadual deverá ser observado o seguinte procedimento: 1. As delegadas e os delegados serão distribuídos em grupos por regional da ss. E serão eleitas e eleitos por segmento da representação. 2. Os trabalhos da eleição de delegadas e delegados serão conduzidos por coordenadora ou coordenador previamente indicadas ou indicados pela Comissão Organizadora da pre conferência. 3. Serão titulares as candidatas ou candidatos mais votadas/votados, e suplentes excederem ao número de vagas disponíveis para preenchimento. 4. Em caso de empate será eleita/eleito aquela/aquele de maior idade para o preenchimento das vagas de titulares e suplentes. 5. Na ausência de candidata/candidato para representar a usuário/usuário na própria regional, a vaga será destinada para usuárias/usuários das outras regionais. 6. Na ausência de candidata/candidato para representar as trabalhadoras e os trabalhadores de entidades na própria regional, as vagas serão destinadas para outro segmento conforme a ordem de prioridade a seguir: a) usuárias e usuários do SUAS; b) trabalhadoras e trabalhadores do SUAS; c) representantes de entidades socioassistenciais. Art. 11 Para a eleição das delegadas e dos delegados por segmento deverão ser

observadas as seguintes diretrizes: 1. A diversidade dos municípios que integram a região, de modo a retratar a realidade regional; 2. A representação, ou seja, o vínculo da delegada e do delegado com o segmento da sociedade civil ou governamental a saber: representantes de usuárias e usuários, grupos e os segmentos populacionais, pessoas que se encontram em situações de desproteção social, vulnerabilidade de riscos e as integrantes e os integrantes de organizações representativas de usuárias e usuários, e preferencialmente dentre aquelas vinculadas a serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda e defesa dos direitos das usuárias e dos usuários da PAS, nos termos da Resolução CNAS nº 99, de 4 de abril de 2023. d) representante de trabalhadoras e de trabalhadores. As profissionais e os profissionais que trabalham nos equipamentos socioassistenciais na oferta dos serviços dos programas, dos projetos e dos benefícios do SUAS, assim como os que trabalham no órgão gestor da assistência social, exceto as detentoras e os detentores de cargo comissionado de direção ou de confiança nos termos da Resolução CNAS nº 6, de 21 de maio de 2015; c) Representantes de entidades. As dirigentes e os dirigentes e as pessoas vinculadas às entidades e organizações de assistência que integram a rede socioassistencial, nos termos do art. 6ºB da Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social. d) Representante de CMAS sociedade civil: as conselheiras e os conselheiros que representam os segmentos da sociedade civil, usuárias e usuários, trabalhadoras e trabalhadores, e representantes de entidades dos Conselhos Municipais de Assistência Social. e) Representação governamental: as gestoras e os gestores municipais de assistência e as servidoras e os servidores que ocupem cargo comissionado de direção ou de confiança no órgão gestor da PAS do município e de outras políticas públicas. F) Representantes de CMAS governamental: as conseas e os conselhos que representam o segmento governamental nos conselhos municipais de assistência nos termos da § e deste artigo.” E aí teve uma contribuição que o ri ele não previa a criação, a elaboração e leitura de moções. E a Resolução nº 799 também não previa a questão das moções. Aí fica para a gente discutir agora, se a gente vai acrescentar um capítulo falando de moções ou não. Eu fiquei na dúvida porque a resolução não fala disso, então se alguém também puder dar uma opinião sobre isso. Eu fiquei bem na dúvida sobre isso. Mas vou ler o capítulo antes da discussão só para vocês saberem o que está sendo falado. A proposta seria acrescentar um capítulo das moções. “As moções a serem referendadas na plenária final deverão ser aprovadas por 50% das delegadas e dos delegados e seus respectivos grupos das regionais observadas as regras estabelecidas neste regimento. Parágrafo 1º As moções serão apresentadas ao grupo até às 16h. Parágrafo 2º A apresentação das moções se dará pela delegada ou pelo delegado à comissão organizadora em impresso próprio a ser fornecido pela comissão organizadora.” Eu ia sugerir que, ao invés de ‘em impresso próprio’, ‘em formulário próprio’. “Parágrafo 3º Somente se submeterão ao referendo da plenária final as moções que obtiverem o apoio mínimo apontado no caput, ou seja,

elas têm que ser aprovadas por 50% das delegadas e dos delegados. Cada moção será submetida à votação durante a plenária final, e não serão aceitas novas moções.” Aí está ‘novas moções novas’, mas deixa ‘novas moções durante a plenária final’.

“Parágrafo único - Serão aceitas as manifestações durante a plenária final. Será garantido dois minutos para cada fala.” Sobre esse parágrafo único, a gente tem que discutir porque o horário da plenária final ele é bem curtinho e, geralmente, só tem apresentação dos delegados, das moções. A gente nunca fez manifestação na plenária final, não. Acho que as manifestações são no horário de discussão mesmo. E temos duas mãos levantadas. Grazi e depois a Baião, se eu não me engano. Grazi: A Baião levantou primeiro. Elder: Tá. Então é a Baião, desculpa. Baião: Elder, eu não sou muito a favor de moção, não. É obrigatório? Elder: Não. A gente ... Baião: Eu acho assim, você sabe por quê? É uma coisa que vai para a conferências final que é a nacional. Isso fica no papel. Eu tenho um livro de conferências. Eu recebia quando ia muito a Brasília. Isso fica no papel. Ninguém nem comenta. Não sabe. Será que tem necessidade a moção no final das conferências? Ela é uma confusão danada. Até que lê, que aprova, vai tomando um tempo medonho. Eu não sou a favor, não. Elder: Obrigado, Baião. Agora é a Grazi e depois é o Lucas. Grazi: Eu discordo da Baião porque eu penso que a moção é uma forma de as pessoas se manifestarem quando não cabe essa manifestação em outros termos. Então eu sou a favor de manter as moções e só explicar um pouco que podemos ter moção de repúdio e de congratulação, de repúdio, congratulação. Têm três, né? Elder: Repúdio, congratulação, recomendação. Grazi: Recomendação. Então eu sou favorável, inclusive a minha conferência é amanhã, tenho que terminar de escrever algumas aqui. Eu acho que é importante mesmo porque é uma forma, por exemplo, no meu caso, Baião, pode ser que a câmara de vereadores aqui pouco dê importância para moção de repúdio que nós vamos fazer. Mas, ainda assim, eu acho que é pertinente a gente indicar que a gente está repudiando a não criação da comissão do conselho LGBTQIAPN+, então a gente precisa dizer que a sociedade, que os trabalhadores do SUAS dizem sobre isso. Só para dizer que eu sou favorável e incluir especificamente quais são as moções que podem ter. Baião: Eu sou mais a favor, Grazi, acho que pode até ser moção, mas enviar isso direto para quem a gente determina. Ao invés de mandar em um coletivo, eu sou mais a favor de um documento específico e encaminhar. Eu acho que surte mais efeito. Eu acho, eu, Grazi. Eu acho que surte mais efeito chegar na mão do cidadão do que esse coletivo de moção. Sabe? Por exemplo, essa questão do vereador que você mencionou, eu acho que vai surtir mais efeito se você escrever e mandar direto ou registrar e mandar direto porque isso surte um efeito. Você não viu ontem a burrice do André Valadão? Aqui, no Hoje, no Brasil inteiro questionando aquela fala horrorosa dele. Elder: Com certeza, Baião. Lucas, depois Sandra, e depois d. Arlete. Lucas: Eu vou concordar com a Baião e vou concordar com a Grazi. Parece dúbio, né? Mas, particularmente, eu concordo com a Baião e já disse isso por diversas vezes. A moção ela só serve para poder ficar no papel. Ela não

tem praticidade nenhuma. Mas nós não podemos desconsiderar que ela é um instrumento de manifestação da opinião pública. Uma manifestação através de um instrumento que não é comportado pelas conferências que são as deliberações. É um momento de desabafo daqueles delegados e daquelas delegadas que estão tendo a conferências. Nesse sentido, Baião, em que pese a nossa insatisfação de que essas moções que nós escrevemos ao longo desse tempo, elas não surtem os efeitos que nós esperamos. Elas não têm os resultados que nós esperamos, a gente não pode fechar os olhos para essa oportunidade de manifestação dos delegados e das delegadas. Eu concordo plenamente com você. Eu entendo que a moção ela é só mesmo um formalismo. Ela não surte o efeito que deve surtir mesmo. Ela não tem efetividade que ela deveria ter, mas ela é uma oportunidade de manifestação do público, dos partícipes daquelas conferências. Então eu concordo com você particularmente, mas eu preciso também concordar com a Grazi no sentido de que nós temos que oportunizar esse espaço para os delegados e para as delegadas. Obrigado. Elder: Sandra e, depois, d. Arlete. Sandra: Eu concordo com a Grazi. E eu entendo, Baião, o que você fala, que às vezes fica no papel. Mas deve manter, sim, e na hora lá no CMAS estavam discutidos, está fazendo avaliação para poder apresentar aquele ato de conferir do que foi feito. As moções estão sendo levadas em consideração no sentido de respeitar das conferências passada o que nós vamos estar colocando o que foi feito, a gente está fazendo aquele exercício lá para produzir o documento, entre aspas, da apresentação de contas. Eu acho que é um grito. É uma fala que a gente não pode desprezar, muito pelo contrário, respeitar e levar em consideração sim. A Comissão de Acompanhamento de Deliberação de Conferências, isso lá do CNAS, está fazendo um trabalho também a partir das moções que foram feitas na última conferências. Esse já é o segundo momento, se não se dá o valor devido, se a gente não consegue acompanhar, se não chega onde tem que chegar, se não é uma incidência maior em termos de cada situação que foi colocada nas moções, aí já é um aprimoramento que a gente tem que buscar. Mas eu acho que elas devem continuar existindo sim, que é o momento da fala e de expressar mesmo, de expressão da sociedade civil e de todos ali a respeito de um tema que seja dessas três modalidades. Elder: Dona Arlete agora. Presidente: É isso mesmo. Eu acho que a gente ouviu as duas falas e teve todas essas recomendações. E eu fico também no meio termo, entretanto, o papel, para mim, cumpre. A moção é de realmente esse desabafo publicizado porque ali nós estamos em meio a pessoas que não são da nossa cidade, que não são da nossa região, pelo menos a gente tem esse momento de dizer dessas insatisfações. Eu acho que isso que garante a existência dessas moções. A gente sabe que ao longo de nossas vidas nós temos escrito tantas coisas e que elas se perdem porque vão para a gaveta. Mesmo que registrado em documentos, passam por cima e essa história vai se repetindo. Entretanto, se a gente abrir mão das moções nesses espaços coletivos, a gente vai abrindo mão também das oportunidades que temos de dizer dessas angústias e dessas

situações. Eu, de fato, hoje, fiquei ouvindo a fala desse pastor incentivando a matança das pessoas que não são da orientação sexual dele, etc., então esse é um momento propício para a gente, de fato, ter moção de falar sobre isso. Por isso eu concordo que a gente mantenha. Elder: Eu ia até sugerir algumas alterações no texto, mas também acho que dá para a gente manter, principalmente considerando as declarações dadas hoje. A primeira seria que no primeiro ponto em que estão as moções a serem referendadas na plenária deverão ser aprovadas por 50%. Eu sugiro colocar as moções a serem lidas na plenária final deverão ser assinadas por 50% das delegadas e dos delegados. Aí está 'de seus respectivos grupos das regionais'. Eu ia sugerir das delegadas e dos delegados, Presidente, observadas as regras estabelecidas neste regimento'. Eu acho que vai ser até difícil para uma delegada, para um delegado, na hora que ele mostrar a moção dele e ele vê se a pessoa é da regional dele e se ela pode assinar. E vai ser difícil também para conferir. Seria essa sugestão. No parágrafo 1º, a sugestão, 'As moções serão entregues à Comissão Organizadora da Pré-Conferências até às 16h.' No parágrafo 2º, invés de 'apresentar', 'a entrega das moções se dará pela delegada ou pelo delegado à comissão organizadora em formulário próprio, impresso próprio a ser fornecida'. Tem que mexer um pouco na frase porque está um pouco repetitiva, mas no parágrafo 3º. "Somente Parágrafo 3º Somente se submeterão ao referendo da plenária final as moções que obtiverem o apoio mínimo apontado no caput." Eu ia sugerir que somente "se submeterão à leitura na plenária final, ou seja, elas têm que ser aprovadas por 50% das delegadas e dos delegados. Cada moção será submetida à votação durante a plenária final, e não serão aceitas novas moções." Aí está 'novas moções novas', mas deixa 'novas moções durante a plenária final'. Eu ia sugerir também que não tenha votação. A gente não está usando a figura da votação na pre- até porque ela não é deliberativa. Eu acho que tem que juntar 50%, se juntou 50%, faz a leitura. Eu acho que não deveria ter votação de moção dessa lógica, não. E sairia esse cada moção será submetida à votação. E sobre manifestação, as pres que eu fui, em todas, não tem manifestação na plenária final. A final é a apresentação de moção ou apresentação dos delegados. Não tem manifestação mais. Eu sugeriria tirar esse cada moção e tirar o parágrafo único. Sandra e depois Grazi. Sandra: Desculpa, eu já falei. Eu não baixei a mão. Elder: Grazi. Grazi: Eu só acho, Elder, fica inviável a gente conseguir 50% de assinatura em cada moção. O ideal é que as moções serem lidas na plenária final, deverão ser assinadas por quem vai fazer o pedido da moção. E ela vai ser encaminhada só aceita aquele pedido de moção se tiver 50% da eleição mesmo. Porque a plenária, vão pensar que eu faço uma moção que não tem nada a ver e uma moção que vai contra o SUAS. Aquela moção vai ser encaminhada? Se eu tiver 50% de assinaturas? Claro, às vezes eu peço a assinatura lá e a pessoa assina. Eu acho que até inviabiliza a gente conseguir aprovar uma moção, encaminhar uma moção se a gente precisa de 50% até mesmo para mobilizar isso lá na plenária eu acho meio complicado. Eu penso que ela tem que ser assinada por quem faz as moções, aquele coletivo que

vai fazer a moção e que ela vai ter que ser referendada pela plenária. Não sei se 50%, mas ela tem que ser referendada na plenária se ela vai ser encaminhada ou não. Elder: Lucas. LUCAS: Eu estou tentando fazer um resgate aqui da última conferências regional. Mas todas as moções elas devem ter um número mínimo de assinaturas, não é só do proponente. Eu acho que não é razoável a gente exigir 50%, mas a exigência da assinatura ela é obrigatória até porque não pode ser uma fala de um só. A moção é justamente isso, é para ela representar o apoio de uma coletividade que depois vai ser uma voz uníssona através da decisão do colegiado da plenária final. É importante a gente dizer que a moção ela não pode ser uma voz isolada. Ela não pode ser um solo. Ela tem que ser um voo coletivo e que ela vai se reafirmar através da decisão colegiada na plenária final. Vou fazer o resgate aqui, mas, salvo melhor juízo, não vou aqui na última plenária, na última conferências, porque a conferências foi virtual. Então eu preciso fazer o resgate da 13ª conferências, mas é preciso, sim, ter esse apoio por escrito para que ela possa ser aceita pela comissão organizadora, para depois ela ser submetida ao colegiado. Elder: Os 50%, na verdade, foi até a manifestação na consulta pública. Agente pode pensar em um percentual menor. E a gente pode colocar também que as moções deverão ser referendadas na plenária final pela maioria dos Presentes porque resolve esses dois pontos. Igual o Lucas falou, eu acho que só a pessoa assinar, Grazi, pode acontecer isso que você falou. Às vezes a pessoa faz uma moção que não tem nada a ver com a política ou que até desconstrói a política. Claro que a gente não quer, mas, sei lá, pode acontecer, ou o que não é da política também. E a gente poderia colocar isso. Alterar o percentual, pensar em um percentual. E colocar o parágrafo 4º que as moções referendadas, as moções serão colocadas para referendo da plenária final e as que tiverem mais de 50% serão encaminhadas. Algo nesse sentido. Agora é a Grazi de novo. Grazi: Eu concordo com o Lucas porque não dá para ser uma voz só. A moção é uma construção coletiva, mas tem que ser razoável, por exemplo, estou aqui fazendo uma moção, mas nós vamos construir ela junto lá na hora, mas só para poder adiantar a nossa carruagem aqui. Mas, sim, tem que ser um número razoável de assinaturas, sei lá, 10, 5, mas eu penso que não dá para ser 50, não. Até mesmo é preciso saber qual é esse número de 50? 50% fica difícil. Presidente: Verdade. Elder: A Mira deu até uma sugestão boa no chat, de incluir: 'apenas serão aceitas as moções que versem sobre o tema e que seja de interesse ao SUAS, e não exclusivamente ao temário. Só não entendi essa última parte, Mira. Se você puder explicar, por favor. Você está com o áudio, Mira? Adelmira: Sim, Elder. Essa eu peguei de uma referência lá da conferência nacional, a 12ª. Realmente, essa parte final do temário que é o que seria o tema da conferência, que não é exclusivamente ao tema das conferências, mas, realmente relacionadas ao SUAS. Mas acho que pode excluir essa parte. Elder: Grazi. Grazi: Eu acho até que pode deixar. Eu ia comentar era isso mesmo porque, por exemplo, a gente pode fazer o tema que estou fazendo a moção circula o SUAS. Não fala sobre o SUAS propriamente dito, mas não é exclusivo do

temário, então eu acho interessante deixar assim, Mira. Adelmira: Essa eu peguei referência na Resolução da 12ª, mas da nacional. Agora, da 14ª, da estadual, a gente tem também aqui o que está escrito. Elder: No texto, no parágrafo 4º, eu sugiro que seja 'cada moção será submetida ao referendo da plenária final e não serão aceitas novas moções durante esta plenária' ao invés 'da plenária'. Eu sugeri colocar um parágrafo 5º que seria "Serão encaminhadas as moções referendadas pela maioria simples das delegadas e dos delegados da pre- regional." Agora fica só o percentual lá de cima que a gente tem que pensar. Eu não sei se colocar um número absoluto é bom porque, por exemplo, uma conferência que tem 300 pessoas, aí você fala que são 50 assinaturas, é muito mais difícil de você conseguir assinatura do que em uma que tem 600. Acho que aí o percentual faz mais sentido mesmo. Mas percentual menor. A Karin está sugerindo 30%, no chat. Esse parágrafo único que está projetado aí vai sair, né? Elder: É. Eu sugiro que tire porque, geralmente, não tem manifestação na plenária final, não. Eu sugiro excluir. Lucas. Lucas: Eu vou descontar de Kariny porque 30% dos Presentes é muita coisa. Nós temos que pensar em um número que possa ser razoável por exemplo, eu não sei se vai ter grupos de trabalho. Eu não estou me recordando aqui, desculpem. Elder: Tem. Lucas: Pois é, a gente pode pensar em um percentual desses grupos de trabalho como foi feito na última conferências. E sobre a sugestão de Mira, com relação ao texto, eu acho que o texto tem que ser algo que tenha a ver com a conferências. Por exemplo, só serão aceitas as moções que versem sobre o aprimoramento do SUAS. Elder: Bom. Lucas: Porque não pode fugir do Sistema Único de Assistência Social e o objetivo das conferências é o aprimoramento do SUAS, então seria algo mais nesse sentido. Elder: Dona Arlete, depois Marcela, e depois Kariny. E só para a gente não perder a discussão. Presidente: Eu acho que é isso. Eu já estive em conferências e é uma loucura na hora que você tem que sair, aí você não participa de mais nada, andando no meio do povo com o papel na mão para alguém assinar. Aí têm algumas pessoas mais resistentes, você tem que parar para convencer. Eu acho que a gente tem que pensar em um percentual que ele seja possível de ser trabalhado sem causar os transtornos que eu já vi em conferências quando vem esse momento das moções. Elder: Marcela. Marcela: Vocês estão me ouvindo? Elder: Sim. Pode falar. Marcela: É só para poder dizer que eu achei a Resolução nº 663/2019, ceas, que regulamentava as conferências regionais e a previsão era de 10% para apresentação da moção. E depois essa moção tinha que ser aprovada na plenária final por maioria simples dos participantes. É isso, o quórum para a apresentação, o quórum de aprovação está no art. 8º da resolução. Eu coloquei ela aqui no chat. É só uma informação. Não tem que ser igual, mas só memória das anteriores. RUIDO de quantos participantes em cada conferências. A gente tem números muito variados. A gente tem previsão de algumas conferências eu acho que tem pouco mais de 200 delegados. Outras têm 600, acho que então é isso. Eu acho que tem a ver com isso que você falou, Elder, que eu acho melhor também um percentual porque, senão você coloca um

número absoluto e esse número pode ser ridículo para uma conferências que é enorme e, às vezes, isso não é representativo daquelas pessoas que estão ali. E para outra é quase inatingível porque quase o total das pessoas. Elder: A Gabi até mandou no chat. Nossa menor conferências 10% seriam 24 delegados. E acho que a maior vão ser 50, uma coisa assim. Mas acho que tem que ser percentual mesmo. Kariny, depois Philipe e depois Gabi. Kariny: Não vamos inventar a roda. Vamos manter esses 10% que foi da última conferências. A Gabi falou isso umas três vezes no chat. E o que seria 10% em uma conferência de 1.600 que a gente está supondo que vai. 1.600, não, 300 pessoas na Região Metropolitana, por exemplo, são 30 assinaturas, gente. A gente acha que é muito, mas não é quando se coloca uma porcentagem. É uma questão só de matemática mesmo. A Gabi colocou, da maior que daria 704 delegados, dá 70 assinaturas, então não é muito. Pode parecer, mas geralmente essas moções passam rápido. As pessoas entendem o objetivo e assinam. Não vejo que isso é dificultador, não. Não na minha experiência, talvez os outros conselhos tenham sido diferente da minha, mas 10% é um bom número. Elder: Gabi e depois Philipe. Gabriele: Já estou contemplada com a fala da Kariny. Eu acho que é razoável 10%. Elder: Ok. Philipe. Philipe: Boa tarde a todas e todos. Vocês me desculpem se eu der um fora muito grande aqui, mas é porque gostaria de tirar uma dúvida. Estou vendo no parágrafo 5º que vão ser encaminhadas as moções que forem referendadas pela maioria simples de delegadas e delegados. Eu queria entender a diferença de referendada para assinada. Por que a necessidade de assinaturas após ter sido referendada? Só para entender. Elder: Philipe, a ideia é a seguinte, eu fiz uma moção. Para que a minha moção ela seja lida na plenária final, eu tenho que conseguir, a gente está discutindo aqui, 10% das assinaturas dos delegados. Consegui. Entrego lá para a comissão organizadora, então ela vai ser lida na plenária final. Após ela ser lida, ela vai ser colocada para referendo da plenária. Se mais da metade concordar, ela vai ser encaminhada para os órgãos competentes. Se for uma moção para a sociedade civil, vai ser encaminhada para a sociedade civil. Se for para o município etc. Se não for, ela não vai ser encaminhada, por isso que ela tem que ser assinada primeiro para que uma pessoa tenha uma ideia muito nada a ver e a presidente lá, por isso que tem que ter esse percentual. E depois de referendada para que o grupo pleno ele veja o que está sendo discutido e concorde. Seria isso. Philipe: Se a pessoa propor uma moção, ela tem que sair por conta dela colhendo assinaturas para poder encaminhar para referendar. É isso? Elder: Exatamente. Essa é a lógica. Divide para vários e sai pegando assinatura. E isso que a d. Arlete falou que é interessante não colocar um número muito grande porque, senão, a pessoa nem presta atenção na conferência. Ela fica o tempo todo lá procurando gente para assinar. E a gente está discutindo aqui que 10% é um valor razoável. Também considero que 10% é razoável. Os 50% em consulta pública. Não foi algo, não foi sugestão nem do GT. A gente só recolocou aí para discussão. E também está faltando o pedido que a Grazi colocou de falar que as moções podem ser de

congratulação. Congratulação ou aplauso? Eu já vi moção de aplauso. O nome certinho. Faltam dois parágrafos, um falando sobre isso que pode ser de repúdio, recomendação, aplauso e tal. E um outro falando que é o que a Mira falou e o Lucas. Philipe: Moção de apoio também. Elder: Lucas, pode falar. Lucas: É só para poder sugerir que quando for mencionado cada uma desses tipos de moção, isso é justificado no texto para que o pessoal não se confunda a o que é. Igual mesmo, a moção, tem moção de congratulação. O pessoal entende o que é congratulação? Não entende. Tem que ser uma linguagem acessível, então a gente tem que tentar traduzir melhor o que é uma moção de apoio? É uma moção que visa expor, sugerir um apoio com relação aquilo. Porque tem muita gente que escreve uma moção para uma coisa e o texto diz outra completamente diferente E aí vem a pergunta da Suzanne: Precisa? Precisa, sim. Porque o pessoal ainda não tem o costume de entender o que é. Não, a gente disse isso. A conferências regional é para poder capacitar o pessoal com determinadas informações de alguns instrumentais. Eu acho que a gente pode reduzir o número, mas com a nomenclatura mais fácil e explicadinho para o pessoal. E se fosse assim possível, que a gente colocasse até, por exemplo, colocasse um exemplo de como construir uma moção de apoio. Dá uma sugestão com algo para que o pessoal também tenha, aqueles que quiser. Organizar anteriormente possam estabelecer isso. Igual mesmo a Grazi, já trouxe aqui que elas estão criando um texto para essa moção. Se a gente for montar um formulário padrão, pega o formulário padrão, coloca ele lá e apresenta a sugestão. O exemplo para que possa facilitar para os delegados e delegadas. E, com isso, futuramente, pode ser utilizado nas conferências municipais. Sim: Mas iria colocar direto no ri, Lucas? Porque a gente tem que construir esse texto agora para aprovação. Lucas: Eu acho que seria mesmo a sugestão de colocar dentro desse texto. Tipo assim, nós vamos escolher as espécies de moção e a gente explica o que é. Coisa rapidinha. Elder: Sim. Eu sugiro que seja o parágrafo 1º, aí dos demais. Lucas: Ou, então, a gente coloca lá, moção de repúdio é aquela que rejeita determinados atos, algo mais simples. Se a gente, aquela que repudia. Tá, e aí? E o que é repudiar? Tem que ter uma facilidade na linguagem. Elder: Eu ia ver se alguém poderia fazer esse texto por enquanto só para a gente terminar de ler o regimento. Se alguma pessoa aí puder, e acrescentar o parágrafo 6º que é aquilo que foi falado: Só serão aceitas moções que tratem de temas, como é que você falou, Lucas? Temas afetos à PAS e ao sistema único? LUCAS: Não. Que aprimore o Sistema Único de Assistência Social. Philipe: Isso é importante porque tantas moções de apoio, de repúdio, de congratulação têm que dizer respeito ao SUAS, à assistência com o objetivo de defender o SUAS. Elder: Sim. Lucas: Sim. Elder: Tem a sugestão de colocar o parágrafo 6º aí. “Só serão aceitas as moções que aprimorem ou que propõem o aprimoramento, ou contribuam para o aprimoramento? Lucas: Isso, que contribuam para o aprimoramento do SUAS, que é o mesmo objetivo também das deliberações. Elder: Exatamente. Lucas: E o foco do processo conferencial é único e exclusivo do

aprimoramento do sistema único. Não há falar em outro caminho. Elder: Acho que a Adriane trouxe aí. Elas podem ser de aplausos, louvor, congratulações, pesar, repúdio e desagravo. Desagravo até eu quero uma explicação. Grazi. Grazi: Desagravo é quando uma atitude, por exemplo, a pessoa é racista, homofóbica, facista, tem uma fala facista, por exemplo. Eu peguei no site da Prefeitura de Belo Horizonte tem um modelo de moção lá. Eu peguei o modelo e estou tentando construir a partir do modelo. É bem simples. Na verdade, já são as moções que a gente já faz, mas eu peguei o modelo lá. Porque têm algumas moções que tem que tomar um cuidado porque às vezes não vai o encaminhamento para quem ela está sendo direcionada. Esse é o maior cuidado que tem que tomar. Elder: No formulário acho que é bom colocar: moção será encaminhada. Aí bem claro para a pessoa conseguir entender. O parágrafo 1º, esse, 'As moções serão entregues à comissão organizadora' vai ser o parágrafo 2º. Dá um espaço e deixa o parágrafo 1º livre que vai receber essas definições. Isso. E o parágrafo 1º vai ser o que a gente já falou. Acrescentou o parágrafo 6º? A Kariny está sugerindo simplificar e deixar 'apoio, repúdio e reivindicação'. Tem também o de aplauso, congratulação, que eu acho importante colocar também. A gente tem que finalizar esse texto hoje aqui, para a gente conseguir aprovar. Lucas: Primeiro a gente tem que definir quais são as espécies que nós vamos adotar. Elder: Repúdio e apoio, eu acho que é consenso. Gabriele: Vocês acham que é necessário isso estar no regimento mesmo? Porque a Kariny deu até a sugestão aí. Será que isso não poderia estar no formulário que explica quando eles forem propor as moções? Elder: Gabi, eu acho que os tipos têm que colocar. Lucas: As explicações podem ser apartadas. Eu concordo. Elder: Até para a gente conseguir caminhar aqui. Então eu acho que a gente pode falar no parágrafo 1º. Os tipos de moções ou as moções serão... Como é o texto normalmente? Grazi: As moções podem ser de repúdio, reivindicação ou apoio. Acho que essas três contemplam. Elder: E aquela de congratulação, parabenização, não vai ter, não? Grazi: Apoio. Silvestre. Silvestre: Dentro da fala do Lucas sobre a simplicidade e a objetividade de ficar claro esse tipo de moção, eu acho que tem só isso aí mesmo, repúdio, esses três que foram apresentados. Eu acho que é mais simples para o entendimento da pessoa que está lá na ponta, a pessoa mais simples assim. Creio que é por aí que o Lucas queria chegar, não é isso, Lucas? Lucas: Isso mesmo, Silvestre, linguagem acessível que é. Silvestre: Linguagem acessível, para o entendimento para não ficar criando muita confusão na hora disso aí e problema para quem está participando da comissão organizadora, da comissão coordenadora. Elder: Seria repúdio, apoio, repúdio e recomendação e repúdio. Silvestre: Isso. Acho que não precisa mais do que isso, não. Elder: Então, de apoio, recomendação ou repúdio. E isso vai ser mais um daqueles materiais que a gente vai ter que colocar para os delegados e para as delegadas, um documento curtinho explicando isso. Silvestre. Silvestre: Não. Eu só baixei a mão. Elder: Tá. As moções poderão ser de apoio, recomendação ou repúdio. 2º as moções serão entregues à comissão organizadora da pré-conferências

às 16h. Oi, Simone. Pode falar, Simone. SIMONE: Só uma dúvida aqui. Essa palavra 'moções' eu tenho conhecimento. Ela realmente tem que ser utilizada? Não tem outra forma de deixar mais claro? Elder: Lucas. Lucas: Eu sei onde que a Simone quer chegar. Eu concordo plenamente com ela, pelo menos foi o raciocínio que me deu aqui. O termo 'moção' ele é sempre utilizado para as manifestações de apoio, de repúdio no legislativo. O termo em si 'moção' ele é utilizado somente no legislativo. Quando eu comecei a participar dos processos conferências, eu vi a utilização desse termo, mas não é algo que é usual dentro das nossas normativas. Eu acho que seria mais viável a gente adotar um outro nome, uma manifestação, por exemplo, de apoio, manifestação de repúdio, do que o termo 'moção' em si, porque é um termo que a gente até precisaria explicar. O que é moção? Não sei se é isso que a Simone gostaria de chegar no ponto. Mas eu aproveito esse gancho para poder fazer essa reflexão. Elder: Grazi. Simone: Desculpa, Elder. Mas é sobre isso mesmo. A gente utiliza muito isso. E hoje em dia nem utiliza isso quando vai falar em territórios. E eu fico muito preocupada. Aproveitando o gancho, eu acho que a gente está construindo documentos aqui que têm que ser acessíveis. Eu tenho trabalhadores aqui supercompetentes. Eu tenho entidades aqui supercompetentes. Tenho governo supercompetentes e também tenho usuários supercompetentes, mas usuários que hoje estão nessa política que é que fazem esse entendimento. A gente tem que entender que a gente vai lidar com usuários que é o primeiro contato nessa assistência. Pelo menos onde eu tenho circulado diariamente, as pessoas não têm noção nem o que é um SUAS. Desconstruir o que é o SUAS no lugar de SUS, acho que está sendo um papel gigantesco. Não sei como que está sendo para os meus pares aí. A gente está falando de pessoas que não têm acesso. Eu vou ler uma palavra aqui. Eu, Simone, hoje, tenho a facilidade de ir no Google e pesquisar. Vou ter esse interesse de entender. Vou procurar pessoas que vão me capacitar nessa formalização, mas a gente está falando de pessoas que vão ter dificuldade. Já é um evento corrido. Já é um evento que está cassando pessoas no laço. Vamos ser bem sinceros. Vai se destacar quem já tem conhecimento, porque quem não tem conhecimento vai entender assim: Eu fui lá fazer o quê? Se colocar uma avaliação, vai elogiar só a alimentação e o espaço. "Nossa, foi bom porque eu comi. Foi bom por causa disso." A gente tem que desconstruir isso. A gente está falando de politizar. E eu acho que é um espaço, principalmente falando para os meus pares trabalhadores, minha sociedade civil em si. É um espaço de a gente formalizar, a gente emancipar e capacitar, principalmente os usuários. Eu, hoje, procuro entender que eu acho que tudo que for dificultativo, principalmente pensando nos usuários, tem que tirar. Tem que tentar fazer da forma mais clara. A nossa linguagem tem que mudar. Me desculpem, mas termo técnico tem que sair desses espaços. Não nos representam esses termos técnicos. Eu acho que tem que achar uma outra forma de dizer, que eu consiga ler e compreender o que eu estou lendo, não que eu leia e fale: Poxa, o que significou isso? Até a Bíblia é escrita numa facilidade de leitura e a gente parece que

não consegue avançar nesse sentido. Elder: Grazi. Grazi: Só para fazer uma questão. Duas questões. A primeira é que a gente pode avançar um pouquinho de criar um Qr-Code de todos os documentos referentes às conferências para fazer uma leitura desse Qr-Code para ter acessibilidade de quem precisa de aplicativo para leitura, para pessoas com deficiência visual. E escutando a Simone, apesar de não ter esse lugar de fala, eu lembro de usuários aqui do meu mun. Como ela usou a palavra capacitar, eu acho que é o momento de a gente capacitar sim. Eu acho que vai fazer um formulário, uma explicação do que seria moção. E nisso poderia explicar a palavra moção, no dicionário, por exemplo, de uma forma mais simples. Porque moção, para a gente que está em conferências, já é um termo que a gente compreende que a gente escuta cotidianamente. Eu escuto moção desde a primeira conferência que eu participei. E quando a Simone fala dessas questões de capacitar e desse lugar de a pessoa entender que eu não tenho esse lugar de fala, eu lembro de uma usuária aqui no meu município de ela falar assim: “A gente precisa adequar a nossa linguagem para o usuário compreender o que a gente está falando.” E a usuária levantou a mão e falou assim: “Não precisa adequar nada, não. Para mim, não precisa adequar nada, não. Eu entendo perfeitamente a linguagem técnica de vocês. Se eu não estiver entendendo, pode deixar que eu vou falar: Olha, eu não entendi isso não. Me explica isso de novo.” Então, assim, eu acho que o que a gente precisa ter, eu estou dizendo do meu lugar de técnico, não estou dizendo de falar palavras difíceis. Mas fazer essa abertura que nós estamos em espaços de capacitação, de conhecimento, de troca de informação que a gente precisa se colocar nessa posição, no lugar de que o sentido de que fazer-se compreender, mas também conseguir fazer a leitura se o outro está me entendendo. Eu simplesmente perguntar: Vocês estão conseguindo compreender o que eu estou dizendo? E deixar o espaço extremamente confortável e aberto para, caso alguém não esteja me entendendo, essa pessoa saiba dizer que não está entendendo. Porque quando eu falo com os usuários, às vezes eu não percebo esse tom de muito técnico. E o retorno não é que a gente está sendo técnico, no sentido de que ele não está compreendendo. Às vezes ele não entende a palavra moção, mas o sentido dessa palavra ele entende. O que está querendo dizer com isso, ele entende. Muitas vezes é mais ou menos assim como a gente caminha quando a gente não está, não é da sociologia, não é do direito. A gente entende o contexto. Pode não entender especificamente uma palavra ou outra, mas é só também para a gente tomar esse cuidado porque a gente precisa criar ambientes para conseguir dizer que não está dando conta e entender que o outro, às vezes, não vai dar conta, mas que os usuários, os colegas têm esse direito de não entender e a gente tem o dever de se explicar. Elder: Arlete e depois Simone. Presidente: Eu amo quando a gente cai nesse lugar porque esse é o lugar que o ceas deveria ser sempre. Esse lugar, quando a gente dá conta de dizer: Eu compreendi. Eu não compreendi. Eu não entendendo é nada. Por isso a gente sempre defende a capacitação. Infelizmente a gente sempre está fazendo isso. Tem

que estar fazendo isso dentro de uma conferências e também fazendo a discussão da efetivação da política pública. Então nós somos desafiadas e desafiados a fazer tudo ao mesmo tempo. E na medida e que vocês estão falando, eu voltei lá para a minha sala de aula, principalmente a alfabetização que eu sou apaixonada. E eu sempre trabalhei com pautas, com orientações. Eu dizia que nem eram métodos, são teorias. Eu sempre trabalhei muito com a metodologia freiriana, com a Teberosky, com todas aquelas inovações que chegaram para nós aqui vindas da Argentina, que não são tão antigas. E também é muito a partir dos poemas de Bartolomeu Campos de Queirós porque, ao mesmo tempo que Paulo Freire diz que a leitura do mundo precede a da palavra, que é essa leitura que a Simone está trazendo aí, eu estou falando do meu mundo, dos verbetes usados lá e que eles não estão dentro dos livros. E eu te falo, Simone, que a escola não foi pensada para nós. A gente é entrona. Somos os entrões, as entronas para esse campo que não foi feito para nós. Aí, Bartolomeu Campos de Queirós vai dizer que as palavras dizem coisas que só o coração escuta. E só as palavras que tocam o nosso coração são aquelas que chegam na nossa mente, porque a gente vai compreender quem está nos dizendo. E aí a gente terá condição de responder e dizer que não dá conta dói. Dói porque a gente não sabe em que território a gente está pisando. Então eu acho que essas conferências ela vem trazendo um monte de aprendizado e de recomendações para os próximos passos, não só até a finalização desse pleno enquanto equipe ceas, mas que fique como recomendação para quem vir depois porque capacitar é responsabilidade do SUAS. Simone falou aí, “Até o povo entender que o SUAS não é SUS”, é verdade, querida. Eu já cansei de ver gente falando: “Eu estou indo lá para a fila do SUS.” Está indo lá para a fila da ast. Eu só queria dizer isso para referendar, sim, essa questão dos conceitos. E que é muito importante. Eu não sei se a gente vai dar conta para essas conferências, mas que fique todas essas falas lindas, que eu fico daqui ouvindo e apaixonada, porque isso chama alfabetizar. E a alfabetização acontece nas nossas vidas desde o dia que nascemos até quando a gente dá o último suspiro. E as conferências têm que ser também esse espaço. Como diz a lara, agradecida. Elder: Simone. Simone: Dona Arlete, eu acho que a senhora conseguiu compreender muito bem, muito bem o que eu queria traduzir aqui. Eu fico muito emocionada. Grazi, eu acho que você por estar em espaços lidando com usuário e comendo conselhos com usuários, talvez tenha essa facilidade. Que bom que essa usuária do seu território teve esse reconhecimento, mas eu fico pensando também que nesses espaços todos que você participa, aposto que foi uma ou duas de encontro que vai ter essa clareza de entender. E quando eu falo nesse sentido de mudança, de colocar as coisas mais fáceis, até para a gente, hoje eu sei muita coisa em siglas. Muitas siglas que eu sei, mas que eu demorei anos. Quantos anos estou nessa luta da assistência social para entender o que são as siglas. Se lá atrás tivesse tido um diálogo mais aberto comigo na linguagem minha, na linguagem minha periférica mesmo, eu não posso, me desculpem, gente, mas eu não vou fazer uma defesa aqui de espaços

que eu tenho conhecimento porque estou para defender aquele para qual o conhecimento não chegou, aquele que o atendimento não tem chegado. Eu acho que é esse o lugar que eu ocupo de buscar clareza para tudo que eu precisei de passar que o outro não passe. Eu sei quantas noites eu fiquei sem dormir, que eles só me davam material, principalmente no conselho municipal, só e enchiam de material e eu não sabia para onde que eu vou, o que é resolução. Eu sofri muito para aprender. Encontrei pessoas no meu caminho que tiveram um pouco de tempo para me ajudar, as poderia ter sido mais fácil. Então, quando eu disse isso, eu realmente preciso de falar e eu até disse isso “Não esperem que eu vá em palestra nenhuma falando bonitinho.” Eu sempre vou querer falar a língua da forma que eu vou conseguir compreender, que eu acho que quando eu digo, eu tenho que estar passando a verdade. Então vai da pessoa que está dizendo a verdade. E a partir do momento que eu coloco o material na mão da pessoa, eu tenho que saber, esse material ele é adequado para o conhecimento? A gente está falando de um momento de participante da assistência que, assim, a gente não tem juventude. Eu não tenho visto juventude nas conferências. Eu não tenho visto, ou seja, a gente está falando de pessoas que não tiveram acesso e não é porque não quiseram estudar. A gente está falando de pessoas que terminam o mínimo, 4ª série anteriormente que hoje o meu 3º grau. Você está entendendo? Eu falo mesmo. Minha mãe tem 4ª série, que o meu ensino médio hoje, perto dela é mixaria. Você está entendendo. Mas vai ter coisas que eu vou ter que dizer na linguagem porque a minha tem o conhecimento, mas o outro, a vizinha do lado não tem. Eu gostaria muito que a gente tivesse a noção “Que bom que deu certo em uma palestra que você estava. Que bom que a usuária lá está formalizada a entender, mas não estamos aqui para construir coisas que não constrange e que também as pessoas não vão embora sem entender. Eu não vou ter coragem de levantar o dedo no meio de não sei quantas pessoas e perguntar “O que significa isso?” Talvez eu fique inibida, então por que eu não vou ter esse cuidado de vir com essa clareza. Hoje, Simone sabe o que é moção, porque ela está nesse âmbito que se usa muito essa palavra. Mas se vocês pegassem a Simone lá atrás, a primeira pergunta que eu iria fazer era isso. Têm coisas, têm muitas palavras, vocês me desculpem, mas que a gente precisa, sim, e fica um trabalho que eu vou cobrar novamente, é o trabalho que principalmente das pessoas que eu acredito, os trabalhadores que tem um acesso mais dia a dia comigo usuária de me ensinar, de me emancipar mesmo nessas falas. Talvez eu não tenha oportunidade de estar em uma sala de aula pelo meu tempo, mas pela minha trajetória. Estou falando eu, mas várias Simones atrás de mim e que um diálogo ali com vocês, uma clareza de falas, vocês não vão conseguir nos abranger e nos fazer entender e ser multiplicador dessa PAS. Obrigada. Elder: Não temos mais inscrição. Tivemos até manifestações no chat aqui. Acho que a gente tem dois caminhos. A gente pode não chamar de moção. A gente pode chamar, por exemplo, de manifestação escrita. Eu acho que só manifestação não é bom porque confunde com as manifestações, as mais diferentes manifestações que

existem. E também tem uma outra opção que a gente poderia colocar o primeiro aí no início e falar: que moções são manifestações escritas que tratam de temas afetos ao SUAS e podem ser de aplausos. Temos essas duas sugestões. Iara. Iara: Eu acho que a gente deve manter, sim, o termo moções porque na trajetória do SUAS, eu concordo com algumas falas, que esse termo, inclusive ele vem com termo de empoderamento no sentido de dizer “A minha voz não foi ouvida em um determinado momento, nessa hora eu vou traduzi-la aqui por meio dessas moções. Só a gente explicar o que é, do que se trata, até porque quando o conselho que está aí na municipal, que está na estadual, ele vai participar da nacional. E na nacional, salvo engano, é esse termo também que é utilizado em termo das moções. Eu acho que a gente já vai preparando, todos nós, porque eu também me coloco nesse lugar. Às vezes têm termos técnicos que eu fico com muitos desafios de entender, mas eu acho que a gente já vai se preparando para quando chegar na nacional e ela linguagem já ser usual, a gente já fazer essa compreensão. Acho que a gente tentar explicar cada vez mais e traduzir para que todos tenham acesso a esse entendimento e tenha condições de fazer isso que a Simone falou, inclusive se colocar para poder mudar o termo. Quantas vezes que eu já escutei usuários dizendo assim: “Gente, eu não gosto de ser chamado de usuário.” Por que tem que ser usuário? Por que não pode ser cidadão? Então, primeiro, eu tenho que entender por que é o usuário, para poder eu buscar uma palavra que traduza o termo usuário da mesma forma eu fazer essa compreensão. Eu ganhei umas doações de cesta básica agora e eu falei: “Vou levar para os usuários de tal lugar.” A pessoa que doou falou assim: “Ah, a senhora vai dar para usuário de droga. Não, usuário de droga não é para você dar.” Obviamente que a pessoa não faz a compreensão nesse sentido, mas é porque não entende que usuário é usuário da política pública de ast. Eu acho que a gente tem de, sim, levar, fazer essa compreensão, ajudar produzir, inclusive propor mudanças nessas palavras que não são palavras que a gente entende que são acessíveis ao entendimento. Um bocadinho disso que eu queira contribuir. Concluí. Agradecida. Elder: Obrigado, Iara. Eu até mandei uma sugestão de texto no chat. Se a gente for manter, seria: moções são manifestações inscritas elaboradas por delegadas e delegados que buscam apoiar, recomendar ou repudiar ações sobre o Sistema Único de Assistência Social. Isso poderia ser o início do artigo. E esse ‘as moções a serem lidas devem ser assinadas’ se tornaria o parágrafo 1º. A gente mantém o texto, mas faz a explicação, porque na hora da leitura do ri a pessoa vai ler, alguém vai ler e ninguém vai ter que perguntar o que é e passar por esse constrangimento. O que vocês acham? Têm uns de acordo aqui. E a ideia seria que esse texto seria o início do artigo que a gente chama de caput, e esse primeiro ‘as moções a serem lidas’ se tornaria o parágrafo 1º. Podemos fazer dessa forma? Porque eu acho que atende as mais diferentes manifestações. Philippe: Elder, eu acho que está ótimo. Está bem explicada a sua proposta e, pode até parecer meio chato, mas é porque as moções também podem não ser sobre assistência social. Nesse caso das pres, das conferências vai ser

sobre o SUAS, então, não sei se teria que ter uma adaptação porque pode dar a entender nesse sentido de alfabetização política que a Simone coloca, que a Arlete coloca, a gente acabar restringindo o entendimento de que moções será sempre sobre assistência. Elder: É uma ótima percepção, Philipe. Realmente, a gente pode colocar que são manifestações escritas. Eu não sei se a gente mantém 'elaboradas por delegadas e delegados que buscam apoiar, recomendar ou repudiar ações sobre as políticas públicas'. O que vocês acham? Vamos falar que é só de assistência? Philipe: É porque pode ser além de políticas públicas. Elder: É. Philipe: Eu acho que no começo poderia ser 'na ocasião das pres e conferências, alguma coisa assim. Elder: Pode ser. Melhor. Faz sentido. Philipe: Neste espaço, já que o ri vai ser daquele espaço. Isso Gabi colocou bem aí 'para fins desse regimento'. Elder: Ótimo. Philipe: Porque nesse ri vai ser sobre o Sistema Único de Assistência Social. Ficou ótimo, Gabi. Elder: Boa. Muito bom. Ficaria assim para fins desse ri, moções são manifestações escritas elaboradas por delegadas e delegados que buscam apoiar, recomendar ou repudiar ações sobre o Sistema Único de Assistência Social. Philipe: Ótimo. Elder: Podemos fechar o texto assim? Philipe: De acordo. Elder: Ok. Acho que a gente conseguiu fazer um texto bom. Deixa eu ler tudo porque teve muita alteração. Vai ficar: "Das moções. Para fins deste ri, moções são manifestações escritas elaboradas por delegadas e delegados que buscam apoiar, recomendar ou repudiar ações sobre o Sistema Único de Assistência Social." Acaba aí. Ponto. "Parágrafo 1º As moções a serem lidas na plenária final deverão ser assinadas por 10% das delegadas e dos delegados Presentes nos grupos." Aí, no caso, delegadas ou delegados. "Observadas as regras estabelecidas neste ri. Parágrafo 2º As moções poderão ser de apoio, recomendação ou repúdio. Parágrafo 3º As moções serão entregues à Comissão Organizadora da Pré-Conferências até às 16h. Parágrafo 4º A entrega das moções se dará pela delegada ou pelo delegado à Comissão...". Elder, devagar, por favor, porque a menina está pedindo. Elder: Volta lá. Acho que está no "Parágrafo 4º A entrega das moções se dará pela delegada ou pelo delegado à comissão organizadora em formulário impresso próprio a ser fornecido pela comissão organizadora." Vamos melhorar esse texto? "A entrega das moções se dará pela delegada ou pelo delegado à comissão organizadora em formulário próprio a ser fornecido por esta comissão." Só para não repetir de novo. "Parágrafo 5º Somente se submeterão à leitura na plenária final as moções que obtiverem o apoio mínimo apontado no caput, ou seja, 10%." Caput é o início do artigo. "Parágrafo 6º Cada moção será submetida ao referendo da plenária final, e não serão aceitas novas moções durante esta plenária. Parágrafo 7º Serão encaminhadas as moções referendadas pela maioria simples das delegadas e dos delegados da pre- regional." E ficou como "Parágrafo único – Só serão aceitas as moções que contribuem para o aprimoramento do SUAS." Todos de acordo? Essa discussão foi boa. Muito boa mesmo. Terminamos já? Capítulo, nem sei vai ficar 4º, deve mudar, da plenária final. "Art. 11 Cabe à plenária final apresentar o resumo das discussões empreendidas nas

discussão regional em grupos e referendar as delegadas e delegados, eleitas e eleitos, para a 15ª Conferência Estadual de Assistência Social de Minas Gerais.” O encaminhamento, teve uma sugestão na consulta pública de acrescentar ‘o relatório da pre- regional de assistência será realizado pelo ceas’. Eu sugiro que seja ‘elaborado’ pelo ceas, e somará aos anais da 15ª Conferência Estadual de Assistência Social. Dúvida, pelo ceas ou pela SE do ceas? Como é que é normalmente esse relatório? Ou se nunca foi feito? É uma novidade? O que é? Iara: A SE não compõe o ceas? Não é isso, d. Arlete? Presidente: Eu ia dizer isso. Eu acho que isso nunca foi levado para a mesa, para a gente construir, mas a SE enquanto parte essencial no ceas. Silvestre: Eu entendo que é pela SE. Elder: Agora é a Grazi. Vamos seguir a ordem da... Grazi: Porque não tem a relatoria? Não seria a relatoria que faria isso? Elder: Eu acho que esse relatório final, até estou tentando entender o que seria esse relatório. O pessoal da SE, no final das conferências, faz um relatório? Tem alguma coisa assim? E o que tem nesse relatório? Eu fiquei pensando se relatório com o número de participantes, esse tipo de coisa. Paula, você sabe? Você que está há mais tempo? Acho que ela não está aí, não. A Paula está aí ainda, gente? Cassirlene: Elder, aqui, pelo que eu consultei dos documentos anteriores, esse relatório normalmente consta como produto das conferências. Agora, a publicação dele é que foi a sugestão da consulta pública. Foi aquela sugestão que foi apresentada na consulta pública de haver uma publicação do relatório das pres somada aos anais da 15ª Conferência Estadual de Assistência Social. Elder: E esses anais são publicados? Cassirlene: Sim. Elder: Entendi. A gente pode colocar pela SE do ceas ou deixar pelo ceas mesmo. Cassirlene: Nem precisa, eu acho. A ideia é que o relatório somará aos anais da 15ª, não é isso? Elder: Sim. Cassirlene: Tira esse final. Esse meio, na verdade. Elder: “O relatório da pre- regional de assistência se somará aos anais, ou, será incluído.” Acho melhor colocar “Será incluído nos anais da 15ª Conferência Estadual de Assistência Social”. Todos de acordo? Ok. Pode continuar? “Capítulo alguma coisa. Das disposições gerais. Será assegurada a questão de ordem em caso de descumprimento deste ri, precedendo as demais inscrições. Os casos omissos neste ri serão resolvidos pela sala de soluções da pre- regional.” A gente usou no texto todo ‘comissão organizadora’, talvez seria interessante deixar ‘comissão organizadora’ também, porque veio um conceito novo, pode ficar confuso. “Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora da pre- regional.” E eu acho interessante colocar o último artigo “Este ri foi aprovado pela Resolução CEAS nº tal, tal, tal.” A Rose que falou isso, que seria interessante deixar alguma coisa no ri, explicando que ele já está aprovado, para as pessoas entenderem que ele foi previamente aprovado. Às vezes até colocar que este ri foi colocado para consulta pública. Algo nesse sentido. Oi, Grazi. Grazi: Mas não ficou acordado que ele ainda poderia ser discutido e alterado lá? Elder: Esse é o da estadual. Grazi: Não, na regional. A gente entrou em uma discussão. Estou na dúvida. Mas na regional também eu lembro que a gente disse que poderia fazer alguma alteração. Eu tenho essa

lembrança. Elder: Lucas e Iara. Desculpa, Grazi. Eu pensei que você tinha terminado. Grazi: Eu lembro que você disse que não teria muita manifestação porque não têm deliberações porque é um ri muito simples. Muito simples o ri, pequeno, mas eu tenho quase essa questão que a gente vai ser esse encaminhamento que ele poderia também, ele passaria por consulta pública e depois aprovar no ceas. É, pode ser aprovado aqui pela gente, mas ok. Eu tenho essa lembrança. Elder: Lucas e depois Iara. Lucas: É para dizer que nós discutimos isso, mas ficou consolidado que a regional ia ser aprovado pelo conselho tão somente. Diferente do aso da estadual que seria aberta a consulta pública e seria feita uma homologação, abertura da discussão e a homologação na conferência estadual. A regional não. A regional seria aprovada por este colegiado mesmo. Elder: Exato. A Gabi até mandou o resgate no art. 14, da Resolução nº 799, lá fala. Iara. Iara: Fui contemplada com a fala do Lucas. Elder: Ótimo. A ideia seria colocar um último artigo falando isso. “Este ri foi submetido à consulta pública e aprovado pela Resolução ceas nº tal, tal, tal.” É isso. Tá bom, né gente? Tá bom, Cassirlene? Não tem mais nenhuma não? Cassirlene: Acabou. Terminou sim. Lucas: Deixa eu dizer para vocês. Esse último artigo não pode ser desse jeito, não. Ele tem que ser dado a validade dele jurídico. “Esse ri entra em vigor a partir da sua aprovação em plenária do conselho.” Elder: Tá. Lucas: Até porque não vai ter a publicidade dos órgãos oficiais, ele vai só para aprovação. Elder: fecha o áudio, por favor. Favor fechar o áudio do Silvestre. Pronto. Lucas, você pode repetir o texto? Lucas: Esse regimento interno entra em vigor na data da sua aprovação pela 37ª Reunião Plenária Extraordinária do Conselho Estadual de Assistência Social. Elder: Este ri, e tira o foi submetido à consulta pública. Lucas: É. Não tem nada disso. Entra em vigor após aprovação. Elder: Hum, hum. Lucas: É isso. Elder: Após aprovação na 37ª Reunião Plenária Extraordinária do Conselho Estadual de Assistência Social, realizada em 4 de julho de 2023. E pode tirar o resto. Então fechamos. Dona Arlete, agora a gente tem que aprovar o ri inteiro e depois tem que aprovar o texto da resolução. Presidente: Certo. A gente leu todo. Tiveram os acréscimos. Tirou, colocou, reconheceu inclusive as contribuições que cabiam dentro do texto, sempre respeitando o que antecede a construção desse texto, e está em votação. Esta votação é nominal? Elder: Eu fiquei na dúvida, mas eu acho que não porque não é matéria orçamentária. Mas como a gente está fazendo virtual, talvez seja interessante falar que os que concordam permaneçam como estão. Sandra: Desculpa, dá uma olhadinha porque matéria de ri, lá no CNAS, era nominal. Presidente: Nominal, eu estou me lembrando. Sandra: Não é só orçamento, não. Mudança de regimento? Alteração? Eu não sei específico para conferências, mas qualquer alteração no ri é nominal. Presidente: Me apareceu essa dúvida aqui Sandra: Na nacional, eu estou lembrando que a gente votou lá. Presidente: Poderia conferir alguém da SE? Sandra: Nosso assessor para assuntos, Lucas. Grazi: Ou tem algum prejuízo algum fazer nominal, porque a gente pode fazer. Lucas: Na verdade é por manifestação. A gente pode só

levantar a mão e conta, gente. Tem o recurso de levantar a mão e fica mais fácil. Presidente: Pois é, então, quem concorda com o texto que nós acabamos de ler, construir com todas as contribuições, por favor se manifeste levantando a mão. Quem não concorda, por favor. Elder: Abaixa a mão, todo mundo. Presidente: Abaixa a mão todo mundo. E quem não concorda, por favor, faça o mesmo gesto com a mãozinha, quem não concorda. É o seu caso, Lucas? Elder: A sua ainda está levantada, d. Arlete. A sua e a da Baião. Cassirlene: A d. Arlete, a Baião, Lucas. Elder: Resolveu. Presidente: Agora, abaixando as mãos todo mundo. Quem se abstém, por favor, se manifeste. Elder: A Adelmira mandou no chat que ela tinha que ler os nomes de quem levantou a mão para constar na ata. E a gente não leu. Presidente: Ah, tá. Teve alguém que se absteve ou não concordou? A gente considera que está aprovado o ri por unanimidade. Elder: Ótimo. Muito bem. Presidente: Obrigada. Elder: Tem que fazer a resolução agora. Presidente: Sim. Elder: Para a gente ler aqui. Iara: Dona Arlete, Elder, existe um recurso no Google que, lá no fórum das entidades, a gente utiliza para as reuniões on-line, que tudo que a gente vai dizendo, esse recurso vai escrevendo. Presidente: Ah, tá, Iara: Eu posso até verificar depois lá com o pessoal do fórum, que é da secretaria nossa. Secretaria nossa é nós mesmos, viu gente. Não é SE, não. eu posso verificar como que é, mas a gente tem utilizado esse recurso para poder a gente ter o registro das reuniões do FOSC/SUAS-BH. Talvez a própria SE, o Elder tenha essa expertise de pesquisar as coisas. Pode pesquisar, Suzanne, Suzanne adora pesquisar e pode contribuir com essas pesquisas. Gabriela também gosta de pesquisar. Presidente: Obrigada, Iara. Iara: Disponha. Elder: SE chegou a fazer a minuta da resolução, aprovando? Eu imagino que é uma resolução simples, aprovar o ri a ser utilizado nas pre-s. Vocês chegaram a fazer, gente? Porque, enquanto vocês mexem, a gente faz o que? Cassirlene: Enquanto conduz o próximo ponto, pode dar o encaminhamento aqui para fazer. O que você acha, Adriane? E aí a gente fecha com a resolução, com a aprovação ao final. Presidente: Então é isso. A gente ganha tempo. Podemos ir para o próximo ponto enquanto fica pronto esse documento. Secretário, não dorme não. Vamos lá. Lucas: Não faz isso comigo, d. Arlete, porque eu estou só espreguiçando. Presidente: Vamos que vamos, o último ponto, Secretário. Elder: Agora o ponto seria, é o Lucas. Desculpa. Lucas: Não, meu filho. Eu tô por fora. Eu entrei depois. Como que você quer que eu conduza isso? Presidente: Pois é. Vai lá. Precisamos ... Elder: Igual eu. O pessoal: Você vai ler os informes? Eu falei: Eu não ia, não, mas deixa eu ler aqui. O próximo ponto é a indicação de palestrantes para as pres regionais. Eu vi que já tiveram algumas indicações. Eu estava pensando como é que a gente faria isso da melhor maneira possível. Fiquei imaginando, talvez fosse melhor a gente indicar os nomes aqui e fechar os nomes. E depois a SE ir consultando com cada um deles a disponibilidade e tal. Não adianta muito a gente colocar o nome da pessoa aqui.

